

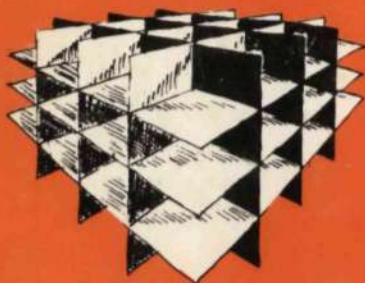
CIBEC/INEP



B0003101

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS
E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Nível de escolarização, educação informal e procura educacional



.018.7
734n

CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS
1980

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República Federativa do Brasil

João Figueiredo

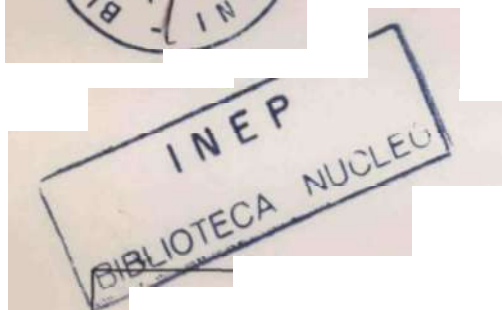
Ministro da Educação e Cultura

Eduardo Portella

Nível de escolarização, educação informal e procura educacional

Secretário-Geral

João Guilherme de Aragão



159n Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Brasília.

Nível de escolarização, educação informal e procura educacional. Brasília, 1980.

68p. tab. (Estudos e pesquisas, 2)

Coordenação de Lia F. G. Fukui e Zeila de Brito Fabri Demartini.

1. Educação informal. 2. Educação rural. 3. Sociologia da educação. 4. Centro de Estudos Rurais e Urbanos-CERU. I. Série. II. Título.

CDU: 37.015.4.001.5

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

INEP INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS
E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Nível de escolarização, educação informal e procura educacional



CENTRO DE ESTUDOS RURAIS E URBANOS
1980

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS

Diretora-Geral: Letícia Maria Santos de Faria

COORDENADORIA DE PESQUISAS

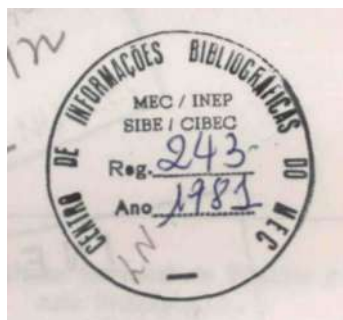
Ana Elisabeth Lofrano Alves dos Santos

COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÕES

Aydano Pedreira do Couto Ferraz

SEÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Chefe: Antônio Bezerra Filho



PARTICIPANTES DA PESQUISA

COORDENADORAS:

Lia F. G. Fukui
Zeila de Brito Fabri Demartini

EQUIPE TÉCNICA:

Achim Schrader
Cecília Carmen Durão Coelho
Edna Calil Daher
Efigênia Maria Sales Sampaio
Eva Alterman Blay
Lia Reisman Pruks
Maria Cecília Amoroso
Maria Helena Rocha Antuniassi
Maria Isaura Pereira de Queiroz
Najib Lima Feres
Olga de Jesus Bento
Oracy Nogueira
Reginaldo Prandi
Santi Pryia Bose

AUXILIARES:

Ademil Lopes
Ana Maria Morales
Ariete Lúcia Bertini Leitão
Cláudio Martins Neto
Clélia Gonzales
Mário Mendes Raucci
Marisa Pastori
Oscarlina Maltese Rezende
Sylvia Maria Perillo Cavasin
Vera Lúcia Soares Raucci

SUPERVISORES NOS MUNICÍPIOS:

Antônio Possato — Barretos

Aparecida Glória Aissar — Jariquera

Dulce Maria Whitaker — Presidente Prudente

Elvira da Costa Oliveira e Jesus Varela Gonçalves — Jundiaí

Gilberto Martins — Taubaté

Ivete Silva Favaron — Nhandeara

João dos Santos di Pieri — Fernandópolis

Lucy Maria Varnier Dornelas — Mirandópolis

Maria Helena Rocha Antuniassi — Cajamar

Marisa Pastori — Marília

Norberto Francisco Marques — Mogi-Mirim

Similmar Fozzato Franco — Bragança Paulista

PREFACIO

No momento atual de desenvolvimento da pesquisa educacional, no Brasil, muito necessário se faz o conhecimento mais objetivo das condições locais e humanas que envolvem as variadas interações do Processo de escolarização.

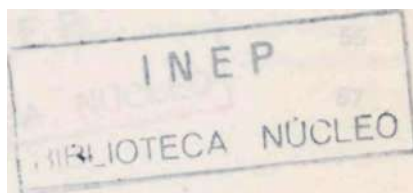
Tais elementos constituem fatores dos mais importantes para tornar as decisões e atividades de administradores, orientadores, professores progressivamente adequadas à coletividade, uma vez que conscientizam a um tempo os educadores, os familiares e os próprios alunos, quanto à importância vital da escolarização. Colocam-na em base participativa na sua função social e assim a fazem transcender à área escolar, projetando-se numa benéfica realização dos valores almejados individual e coletivamente.

No estudo que ora é divulgado, especialistas do Estado de São Paulo apresentaram, numa visão diversificada de municípios, a posição da família em relação à escola, por vezes confirmando, noutras infirmando informações e conclusões obtidas em trabalhos que abrangeram outras áreas e regiões ou a mesma área em outros momentos.

É, pois, esta publicação mais um estímulo a subseqüentes estudos críticos e a pesquisas mais profundas.

As coordenadoras, professoras Lia F. G. Fukui e Zeila de Brito Fabri Demartini, contribuíram, com sua experiência, para formação de novas equipes de pesquisa educacional e aqui oferecem subsídios valiosos às programações em desenvolvimento nos diferentes sistemas de ensino.

Letícia Maria Santos de Faria
Diretora-Geral do INEP



SUMARIO

	Pág.
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
DEFINIÇÃO DE CONCEITOS	19
1 - Rural-Urbano	19
2 - Região	20
3 - Sistemas de Classificação: Estratificação e Class	21
4 - Educação — Tipo de Escola	22
5 - Hipóteses	24
6 — Plano de Coleta de Dados	25
DESCRIÇÃO SISTEMÁTICA DE DADOS	29
I — Escolas	29
II - Professores	30
III - Pais	32
RESUMOS E CONCLUSÕES	49
NOTAS	53
BIBLIOGRAFIA	55
ANEXOS	57

O presente trabalho foi realizado graças a um convênio entre o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) do Ministério da Educação e Cultura e o Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU).

O objetivo primordial desta pesquisa foi estabelecer alguns parâmetros que permitam visualizar de que maneira as populações rurais e urbanas do interior do Estado de São Paulo encaram a escolarização, e mais especificamente o ensino de primeiro grau; trata-se portanto de um trabalho exploratório.

Tentou-se apreender a dinâmica da relação entre o sistema educacional e o meio social no qual a escola está inserida, através do estudo comparativo das aspirações e dos comportamentos efetivos de pais de alunos e mestres de escolas públicas. O propósito deste trabalho foi vincular aspectos concretos da vida escolar tais como o sucesso escolar, a avaliação das possibilidades efetivas de escolarização e trabalho, engajamento dos pais na escolarização dos filhos e variáveis sociológicas como contexto econômico regional, meio rural/urbano, camada social.

O relatório original consta de 3 volumes.

O primeiro contém a colocação do problema, definição de conceitos, hipóteses e metodologia da pesquisa, descrição de dados de escolas, professores, caracterização dos pais dos alunos e aspectos da educação informal entre os pesquisados.

O segundo volume contém descrição de dados referentes ao sucesso escolar e ao empenho dos pais na escolaridade dos filhos.

O terceiro volume contém descrição de dados referentes à esperança objetiva e aspiração educacional e ocupacional, e as conclusões.

O presente trabalho é um resumo do relatório acima referido, contendo a descrição e análise das variáveis residência e renda *per capita*, que mais discriminaram as variáveis dependentes.

*Lia F. G. Fukui
Zeila de Brito Fabri Demartini
Coordenadoras*

"A educação constitui, aos olhos do sociólogo, um processo de aculturação". Assim, para H. Jeanne (1), o fenômeno educativo, quando abordado em sua maior generalidade — o fato de formar e ser formado —, constitui uma dimensão de toda atividade social. Num sentido mais restrito, o processo educativo implicaria as atividades relativas à formação dos indivíduos associados ao contexto mais imediato desta formação. Nesta delimitação Alain Gras (2) distingue três áreas de estudo da Sociologia da Educação:

- a educação e a sociedade global que compreendem os processos de socialização e as chamadas escolas paralelas (educação informal, educação de massa, educação de adultos, educação permanente, educação especializada etc);

- a escola como instituição social compreendendo a relação pedagógica e especificando os grupos que formam a unidade escolar dentro de determinado contexto sócio-político;

- os "poderes da escola" abordados tanto através de fenômenos de mobilidade social — seleção, orientação, eliminação — quanto de reprodução ideológica, isto é, os valores que explícita ou implicitamente são transmitidos pela escola, legitimando diferenças sociais.

A escola, por sua vez, pode ser abordada, segundo A. Joly Gouveia (3), em sua eficiência interna: aprovações, adequação de objetivos, conteúdo do ensino; em sua eficácia externa: adequação do preparo escolar às presumíveis necessidades da economia; nos efeitos não cognitivos da escolarização, isto é, a natureza do relacionamento professor-aluno, os valores e atitudes presentes em toda ação pedagógica que atribuem sempre à escola um valor positivo e um significado cultural independente do conteúdo do ensino por ela transmitido.

Ainda segundo A. Joly Gouveia, esta preocupação pelos aspectos não cognitivos compreende duas posturas metodológicas que se definem, por sua vez, em função de posições ideológicas. Uma, que vê na escola uma instituição que expõe o indivíduo a critérios universalistas: uso do tempo, aprendizado de uma disciplina que prepare para enfrentar o mundo do trabalho e a profissão. Outra, que enfatiza a função "domesticadora" da escola, legitimando desigualdades, consagrando a ideologia do talento, segundo os interesses das classes dominantes. Estas duas correntes estão presentes na classificação de Alain Gras, acima referida, nos "poderes da escola" em que, de um lado, analisa os aspectos da mobilidade e de outro, o da reprodução ideológica. Na primeira postura encontram-se autores como Jenks e Jane; na segunda, os trabalhos de Bourdieu e Passeron, Baudelot Establet, Bernstein entre outros.

Dentro deste quadro, um breve exame da pesquisa empírica em Sociologia da Educação no Brasil mostra que, apesar de terem variado o interesse e as abordagens

pelos temas educacionais, os sociólogos sempre estiveram voltados para os aspectos não cognitivos da escolarização. A escola primária e secundária em sua inter-relação com o meio cultural foram objeto de estudo de L. Pereira (4) e de J. B. Borges Pereira (5); os professores, enquanto categoria ocupacional, foram também estudados por L. Pereira (6) e por A. Joly Gouveia (7); os estudantes secundários por A. Joly Gouveia (8) e os universitários por M. A. Foracchi (9). Ocorreu assim uma divisão de tarefas em que a escolaridade é estudada por educadores (vejam-se os trabalhos recentes da F. C. Chagas) (10), enquanto os efeitos da escolarização pelos sociólogos.

De qualquer forma o processo educativo compreende basicamente três grupos: pais, professores ou equivalentes (educadores) e educandos, e verifica-se que a ênfase tem sido dada no binômio professor-aluno. Observa-se uma lacuna de informações sobre os "sujeitos da escolarização", isto é, pessoas para as quais a escolarização de uma outra é parte de seu projeto de vida (*). Assim o confronto entre a cultura da escola e os sujeitos da escolarização é o tema deste trabalho. Este tema foi incidentalmente tratado por A. Joly Gouveia e mais especificamente em dois trabalhos recentes de S. Weber e A. Schrader, que passaremos a analisar.

Aparecida Joly Gouveia (12), ao estudar aspirações ocupacionais de alunos do ensino médio brasileiro, numa perspectiva de Sociologia do Desenvolvimento, parte da hipótese de que as preferências profissionais expressas pelo aluno refletem, entre outros fatores, a situação sócio-econômica de sua família. Constatou, porém, que as discrepâncias que se registram, entre os alunos provenientes de várias camadas sociais, são pequenas e sobretudo não são consistentes. A hipótese explicativa da autora é de que certas diferenças relacionadas com a posição sócio-econômica do indivíduo verificam-se na população em geral, mas não se manifestariam na amostra pesquisada, por constituírem os estudantes desse nível de ensino médio, em nosso país, um grupo altamente selecionado. A questão desloca-se para as primeiras séries do atual ensino de primeiro grau, onde o sucesso escolar estaria estreitamente relacionado com o meio familiar, que criaria talvez bases para a seletividade verificada no ensino médio.

Silke Weber, num estudo sobre as aspirações educacionais no Recife (13), procura relacionar nível sócio-econômico e aspirações educacionais sem incidir, especificamente, num nível de escolaridade. Sua abordagem, diversamente de A. Joly Gouveia, enfatiza o estudo das aspirações como parte da dinâmica que dá origem às transformações sociais.

Afirma Silke Weber que os estudos de aspirações educacionais têm-se preocupado em verificar o baixo nível de aspirações, e a pesquisar variáveis que permitam superar o baixo nível sem tentar explicações mais amplas. Analisando pesquisas que direta ou indiretamente se referem a aspirações educacionais, mostra a autora que — apesar das diferenças de abordagem teórica ou metodológica — podem-se encontrar nesses estudos os seguintes pontos comuns:

— os trabalhos empíricos tendem a assimilar educação à instrução dada pela escola;

— os trabalhos empíricos tendem a classificar aspirações como instrumentais e expressivas. As primeiras seriam peculiares às camadas dominadas (inferiores, desfavorecidas etc.) que tendem a manifestar níveis mais baixos de aspiração; a instrução seria visualizada, neste caso, como instrumento de ascensão social. A orientação expressiva, peculiar às camadas privilegiadas, teria na instrução uma forma de desenvol-

<> Martin», J. S., 1975.

vimento da personalidade. Neste caso, a instrução seria um fator de confirmação de *status*;

- a tendência das pesquisas sobre aspirações educacionais em assimilar a aspiração educacional à aspiração profissional;

- a tendência recente de pesquisas sobre aspirações em comparar nível de aspiração e nível de realização profissional.

Apesar de adotar o conteúdo metodológico e as mesmas variáveis de pesquisa sobre aspirações educacionais, S. Weber parte de outra problemática a saber: *como e o que* diferentes camadas sociais conceituam como educação, e como fixam objetivos educacionais a atingir. Preocupa-se portanto com os sujeitos da escolarização.

Adotando a perspectiva teórica de Chombart de Lauwe e de seu grupo de trabalho, S. Weber utiliza aspirações como "objetivos que um indivíduo ou um grupo, no sentido mais amplo, se propõe atingir" e específica: "objetivos são definidos, engendrados, num contexto social e comportam sempre um elemento de comparação — quer os objetivos atingidos pelo próprio indivíduo no decorrer de sua experiência, quer os objetivos atingidos por outros aos quais ele se compara, quer os dois ao mesmo tempo". Assim, implicitamente, afirma ainda a autora, a aspiração se refere a informações e imagens, percepções e lembranças, representações e modelos, outros significantes e sujeitos de referência, marcando sua opção por variáveis na área da psicologia social em detrimento de variáveis como urbanização que deliberadamente não adota.

Tomando por informantes pais com filhos até 17 anos, e como variáveis independentes sexo e meio social, definido por nível de renda e zona administrativa de moradia, e aspiração educacional como variável dependente, S. Weber analisa exaustivamente a fixação de objetivos propostos, o conteúdo da educação em três meios sociais: nível A, de renda mensal entre 1 e 3 salários mínimos; nível B, de renda mensal de 10 a 39 salários mínimos e nível C, de renda mensal entre 70 e 139 salários mínimos.

Os resultados mostram exaustivamente que, para a população pesquisada, o conteúdo da educação é o mesmo proposto pela escola. A escola sugere um ideal de cultura, um estilo de vida que é vivido pelas camadas privilegiadas e tomado como objetivo a atingir pelas diversas camadas sociais. Não pôde a autora verificar os limites ou possibilidades que os informantes visualizavam como peculiares a seu meio social para a efetivação da aspiração proposta. A ênfase em variáveis psicossociais, a nosso ver, prejudicou esta avaliação. No entanto, o dimensionamento dos meios sociais, tal como foi feito no trabalho, mostra a necessidade de utilização de variáveis sociológicas para tratar, de maneira mais abrangente, o problema das aspirações educacionais e ocupacionais.

Achim Schrader (14), ao estudar o ensino primário no meio rural do Rio Grande do Sul, aborda a questão da relação meio familiar — aspiração educacional do ângulo do que se denomina *procura educacional*. Procura educacional é o fato de os pais buscarem oportunidades sociais para seus filhos, preparando-os não só para levar em conta as consequências sociais de sua procura como também para desistir da satisfação de outras necessidades, por exemplo, renda complementar ou contribuição dos filhos à renda familiar (p. 15).

O outro lado da procura se substancia na *oferta educacional*, que seria a escola enquanto instituição. Para Schrader a escola primária representa, na procura educacional, uma etapa de ressocialização, isto é, a possibilidade de a criança proveniente de um meio familiar rural, restrito e mesmo isolado, passar para um ambiente social mais amplo. Assim, nesta perspectiva, a aspiração educacional pode ser o desejo dos pais de proporcionar a seus filhos uma segunda socialização.

A procura educacional é estudada tomando-se como variáveis independentes as zonas homogêneas do Rio Grande do Sul, a religiosidade, a extensão e a frequência à escola, a avaliação da inteligência dos filhos e, como variáveis dependentes, entre outras, a frequência e a evasão escolar, a repetência, as dificuldades em relação ao *currículum*, as atividades dos pais em relação às tarefas escolares.

Os resultados mostram a escola encarada como um modo de estabilizar o *status*; a procura educacional é vista como tentativa de estabilizar o *status* social para uns e de ascender para outros. Verifica-se uma relação positiva entre maior procura, aspiração e ascensão social. A resignação do indivíduo em relação à não-ascensão social dificulta a procura educacional. Em suma, a maior procura da escola relaciona-se com a avaliação positiva de ascensão social para os filhos, relacionando-se ainda com a avaliação que os pais fazem das possibilidades de os filhos terem bom desempenho escolar. Encontramos formulada, de maneira diversa, a relação meio familiar e sucesso escolar proposta por Bourdieu e Passeron. O problema aqui tratado sob o ângulo da economia da educação revela a mesma questão que Bourdieu e Passeron trataram sob o ângulo da reprodução ideológica.

Mas Schrader não distingue seus informantes por nível sócio-econômico, a não ser ao nível das zonas culturais do Rio Grande do Sul, que também recobrem situações econômicas diversas. Torna-se impossível distinguir se a maior procura pode ser atribuída a um fator cultural, a um fator econômico, ou a ambos.

A relação sucesso escolar e meio familiar é encarada sob um ângulo diverso por J. S. Martins num artigo em que expõe idéias sobre escolarização no meio rural, baseado em alguns estudos de caso. Martins (1975) enfatiza o tipo de economia como elemento primordial para a compreensão do problema. Partindo de sujeitos de escolarização, caracteriza a escola de nível primário da seguinte maneira: no meio urbano a escolaridade antecede a entrada no mercado de trabalho; no meio rural existe concomitância entre o início da escolaridade e do trabalho produtivo. Na primeira, há uma preparação para a vida adulta, na segunda o indivíduo exercita-se como adulto porque participa do mundo do trabalho (15).

Este paralelismo entre escolarização e trabalho produtivo abrange todos os indivíduos do meio rural independentemente de sua condição como parceiros, arrendatários, e pequenos, médios ou grandes proprietários. No entanto, a valorização da escolarização, apesar de a frequência à escola ocorrer de maneira aparentemente indiferenciada para estas categorias, vai ser diversa segundo o tipo de economia na qual os sujeitos estão inseridos. Numa economia campesina — onde se planta para o consumo e o excedente é vendido em troca de produtos manufaturados —, a escolarização não é valorizada e não faz parte da organização de vida, uma vez que a economia de excedente tende a fechar-se sobre si mesma. Numa economia de mercado a escola é valorizada tanto por assalariados como por proprietários, isto porque ler, escrever e contar são indispensáveis para a sua inserção no mundo do trabalho. A escolarização neste último caso é valorizada, por se ligar aos quadros urbanos, à sociedade mais ampla.

Assim, Martins, diversamente dos autores já citados, atribui ao fator trabalho o elemento dinâmico da relação sucesso escolar e influências do meio familiar.

A breve exposição acima permite delinear melhor nosso problema de pesquisa. Existe, no estudo do sucesso familiar, uma dimensão sociológica que não tem sido enfatizada. Ao que tudo indica, verifica-se uma relação entre sucesso escolar e camada social, esta compreendendo, entre outros elementos, a ocupação, a renda e a residência. O desempenho escolar e o engajamento na escolaridade dos filhos dependem de uma avaliação das condições objetivas que os pais fazem das possibilidades educacionais e

profissionais dos filhos. Estas condições objetivas podem ser medidas através dos objetivos propostos idealmente, e dos efetivamente tomados como possíveis pelos pais em relação aos filhos.

Os citados estudos de A. Joly Gouveia, S. Weber e J. S. Martins mostraram que entre a criança e a escola interpõe-se a família. Esta não só suporta economicamente o aluno como lhe transmite valores que o vinculam à vida escolar, ou o afastam definitivamente dela. As aspirações escolares refletem a visão que a família tem da escola e a avaliação de como ela pode habilitar seus membros para a sociedade da qual participa. E esta pode ser compreendida através de pelo menos duas dimensões: a camada social na qual a família se situa e o tipo de área na qual ela vive — área urbana ou rural. Esta segunda dimensão é fundamental na definição de todo o universo no qual se movem, pois é a mais abrangente.

As áreas urbanas e rurais se distinguem quanto às estruturas econômica e social. As primeiras se caracterizam pela presença de atividades industriais e pela prestação de serviços. As segundas se aplicam em atividades agrárias. Caracterizadas por este traçado muito geral deixam-se de lado todas as peculiaridades importantes, que oportunamente serão abordadas. Cabe, neste momento, destacar que, em vista destes dois tipos de atividades econômicas, organiza-se um sistema de posições sociais hierarquicamente dispostas. Entretanto, a estrutura das camadas sociais reconhecidas no meio urbano brasileiro se tornou inadequada para situar os indivíduos do meio rural. Os critérios econômicos e sociais válidos e reconhecidos para o meio urbano não preenchem os requisitos encontrados para dimensionar as posições sociais dos habitantes das zonas rurais (16).

As famílias localizadas em meio urbano se definem socialmente num sistema de camadas sociais diversas às camadas definidas em meio rural. Estas diferenças decorrem do tipo de trabalho (da propriedade) que desempenham e se refletem, provavelmente, sobre o tipo de desempenho profissional que podem almejar. O simples fato de o indivíduo reconhecer a existência de determinadas ocupações lhe permite construir modelos que guiam seu comportamento; igualmente a ausência de modelos decorrentes do mero desconhecimento da existência de carreiras ou ocupações é uma barreira às opções individuais e coletivas.

A inadequação entre modelos de atividades escolares e profissionais e a realidade social pode ocorrer, também, na relação escola x meio social. Schrader mostrou claramente que a evasão e a abstenção escolar são influenciadas no meio rural pelas perspectivas profissionais; são justamente as crianças que precisam trabalhar na agricultura aquelas que, prematuramente, deixam a escola (17). Isto porque a escola está desvinculada do seu respectivo meio social e só vai servir àquelas famílias que almejam para seus filhos atividades urbanas.

Estas considerações levam a definir o tipo de meio social — se rural ou urbano — no decorrer desta investigação. Controlando-se o tipo de área pesquisada, pode-se avaliar a influência das demais variáveis independentes.

Em suma, a breve apresentação de alguns trabalhos de pesquisa permite colocar o problema da investigação de maneira mais precisa. Se a população do ensino médio é relativamente homogênea quanto às aspirações, porque altamente selecionada, cabe indagar de que maneira esta seletividade ocorre ao nível do ensino primário.

Partimos do pressuposto de que as aspirações educacionais e ocupacionais estão estreitamente interligadas. Ao que tudo indica, camada social e meio rural e urbano são fatores determinantes na proposição de aspirações educacionais e ocupacionais. Distinguem-se, porém, no estudo de aspirações educacionais e ocupacionais, diversos aspectos

tos. O mais abrangente é o da *aspiração* propriamente dita e tomada no sentido de objetivos a atingir; o de *esperanças objetivas* tomado no sentido de avaliação das possibilidades de atingir objetivos propostos e adequá-los às condições reais; o de *procura educacional*, isto é, o empenho efetivo dos pais e alunos na escolarização; e o *sucesso escolar*, a coincidência entre idade escolar e grau de escolarização. Considerando ainda que a educação e a escola são positivamente valorizadas em nossa sociedade, pretende-se avaliar de que maneira estes valores são vivenciados pelos sujeitos da escolarização.

Especificando, o problema de investigação se apresenta em níveis distintos:

- a) o de situações concretas, compreendendo as condições materiais em que se encontram as escolas em que os alunos estudam e em que se efetivam as atuações dos professores;
- b) o do empenho e dos objetivos dos agentes da escolarização (professores);
- c) as condições materiais de vida dos sujeitos da escolarização (pais ou responsáveis), o seu empenho e cuidado na avaliação da escolaridade dos filhos;
- d) o dos objetivos daqueles que são sujeitos da escolaridade.

1 — Rural-Urbano

Conceituar meio rural e meio urbano se apresenta como uma tarefa bastante complexa, e é uma das questões a que se têm dedicado especialistas em diversas áreas das Ciências Humanas. Do ponto de vista sociológico os fatores demográficos, a ocupação e a residência, isolados ou tomados em conjunto, têm sido frequentemente tomados como critérios de classificação do rural e do urbano. No entanto, a especificidade destes dois meios sociais é ainda uma questão aberta em sociologia. Uma das maneiras de abordar o problema para fins concretos de pesquisa tem sido a conceituação em termos de processo de urbanização. Nesta linha, M. I. Pereira de Queiroz (18) estabelece uma distinção entre os dois meios, associando a cada um deles um tipo de sociedade:

a) A sociedade rural ou agrária caracteriza-se pela existência de um grande contingente de população rural, produzindo alimentos basicamente para a sua subsistência e comercializando um pequeno excedente de produção em pequenos núcleos urbanos. Estão localizados nos núcleos urbanos grupos sociais que têm por função organizar e harmonizar entre si todos os grupos ao meio. As funções organizatórias dos grupos urbanos podem assumir caráter religioso, militar ou burocráticos. Assim, desde seu aparecimento, o núcleo urbano toma uma posição de superioridade com relação aos grupos rurais, já que se apresenta como desempenhando tarefas organizatórias e de controle. Em sociedades deste tipo, os núcleos estão fadados a não crescer além de certo limite.

b) A sociedade urbana, cuja produção é* predominantemente urbana, voltada para a produção de bens industriais e serviços, apresenta as seguintes características: mecanização do trabalho, especialização das tarefas, integração e organização racional. Tais atividades constituem os primeiros caracteres do trabalho urbano que se estendem ao meio rural, provocando uma transformação do modo de produção no campo. A produção agrícola de subsistência, característica de sociedades agrárias, transforma-se em produção comercial, passando o agricultor a fornecer alimentos para a população urbana. A estrutura urbana domina a rural que nela se integra em posições de estrita subordinação e dependência.

P. Rambaud (19) coloca alguns problemas mais relacionados ao modo de vida urbano e à maneira pela qual populações rurais reagem ao processo de urbanização. A sociedade urbana está em vias de se tornar universal e realizar a unidade do homem social. As características desse meio são a acumulação de técnicas modernas, riquezas, lazer, possibilidades de instrução e formação. Essa nova sociedade desorganiza as sociedades agrárias, suscita conflitos de valores e atitudes, dá origem a novas classes sociais e favorece o avanço rápido de certos setores sócio-econômicos. As sociedades agrárias.

por sua vez, não sofrem passivamente o processo de urbanização; reagem, reinterpretando e adaptando as inovações. Este processo intensamente dinâmico é que caracteriza a transformação das sociedades rurais.

2 - Região

Segundo o último censo, São Paulo apresenta-se como uma vasta região agrária, na qual se superpôs uma grande região metropolitana com cerca de 10 milhões de habitantes e com elevada grau de industrialização. Constatou-se um avanço acentuado da urbanização que se expressa na superação da faixa dos 100 mil habitantes em diversos centros. Sem contar os efeitos da região metropolitana, o Estado de São Paulo já apresentava, em 1970, 60% de sua população no quadro urbano. Entretanto, das 571 cidades que compõem o Estado, 333 possuíam menos de 5.000 habitantes.

Perguntaríamos então: em que medida o empenho em relação à escolarização, as concepções e as aspirações da população, em relação à educação, estariam sendo influenciadas por esse processo de transformação da sociedade?

Para responder à questão, a pesquisa será orientada tendo em vista diferentes áreas do Estado. Estudos realizados pela Secretaria de Economia e Planejamento permitem identificar, na configuração espacial do Estado de São Paulo, três áreas sócio-econômicas distintas que apresentam uma certa homogeneidade setorial interna e uma específica distribuição geográfica da população (20).

Essas áreas, por vezes territorialmente descontínuas, podem ser identificadas pelo fato de terem: a) setor industrial ou agrícola como o principal gerador de renda e de emprego e, portanto, responsável pela dinâmica do crescimento econômico regional; b) um determinado comportamento demográfico.

Considerando as variáveis estrutura do setor produtivo, densidade demográfica e taxa de urbanização, tais áreas foram classificadas como:

- 2.1. — área predominantemente industrial;
- 2.2. — área de relativo equilíbrio setorial;
- 2.3. — área predominantemente agrícola.

2.1 — Área predominantemente industrial

Nesta área se encontram os maiores centros industriais do País, que respondem com aproximadamente 82% do total do valor adicionado pelo setor secundário e abrigam 85% do pessoal na indústria paulista. É de desenvolvimento econômico significativamente mais elevado que qualquer outra região do País.

Em conseqüência da crescente importância assumida pela sua base produtiva, essa área vem concentrando uma parcela cada vez maior da população do Estado. Em 1950, abrigava 43,23% da população paulista. Em 1960, 51,08% e, em 1970, 61,03%.

Caracteriza-se, portanto, por altas densidades populacionais que variam de 50 a mais de 1.000 habitantes/km² (trata-se da área mais urbanizada do País, com acentuada tendência ao crescimento urbano.)

Apresentava, em 1970, os mais altos índices de urbanização, com apenas 7,52% de população rural.

2.2 - Área de relativo equilíbrio setorial

Essa área caracteriza-se por uma grande complexidade — tanto o setor primário, como o secundário compõem a base econômica, contribuindo ambos para o dinamismo dessa unidade.

As taxas de urbanização variam de 55 a 65%.

No conjunto, a área apresentava, em 1970, uma taxa de urbanização de 68,57%, contando com 13 núcleos urbanos com população superior a 50 mil habitantes.

No total, esta área detém 10,28% do valor da produção industrial e absorve 11,13% da mão-de-obra ocupada no setor.

2.3 — Área predominantemente agrícola

A área III é constituída por espaços descontínuos e tem sua economia orientada fundamentalmente para as atividades do setor primário. Nessa área encontram-se espaços com rarefação demográfica, caracterizando-a como a área mais atingida pelo processo de esvaziamento populacional. Em conseqüência, a sua participação no total da população do Estado vem sofrendo contínua redução, situando-se, em 1970, em torno de 17%.

A população rural representa uma parcela expressiva, tendo predominado até 1960. Atualmente a população urbana representa 52% do total, e a área conta com somente um núcleo urbano com mais de 50 mil habitantes.

No interior de cada uma destas áreas é que vamos apreender as características do rural e do urbano. As inúmeras controvérsias a respeito da definição destas categorias obrigam-nos a operacionalizar o conceito, levando em consideração, em igualdade de condições, a residência e o trabalho.

3 — Sistemas de Classificação: Estratificação e Classes Sociais

Os sistemas de classificação, para a apreensão de estratos, camadas e classes sociais constituem problema da maior importância e complexidade em Sociologia. A pesquisa, mesmo quando não assume a postura metodológica que implica uma discussão da teoria de classes, enfrenta inevitavelmente o problema da classificação. Até o presente duas posições opostas têm marcado tanto as discussões teóricas como os trabalhos de pesquisa: a classificação em estratos ou camadas e a classificação em classes sociais.

A primeira, com base na divisão do trabalho, procura estabelecer categorias homogêneas ordenáveis hierarquicamente segundo a representação do trabalho ou o prestígio das ocupações. Para isto procura medir eventos numa situação empírica precisa, tendo em vista a coerência interna dos dados, adotando escalas como critério de ordenação das variáveis. A segunda, também com base na divisão do trabalho, enfatiza a posição de dominação/subordinação dos indivíduos nos grupos e compreende categorias pouco precisas que são mais facilmente apreendidas em uma análise de processo histórico e que raramente é redutível a situações empíricas precisas. O termo de referência destas categorias é a sociedade global e elas se encontram em oposição umas às outras, não sendo portanto ordenáveis.

Estes dois sistemas com seus pressupostos e limitações são igualmente passíveis de críticas. De um lado, a precisão faz perder os parâmetros da sociedade global; de outro, as categorias são dificilmente aplicáveis a situações empíricas precisas.

A classificação em estratos e camadas obviamente tem sido a mais utilizada em pesquisa empírica. A escala de Glass, adaptada por B. Hutchinson, serve de base para a maior parte das classificações em estratos no meio brasileiro. Mousinho Guidi (21) acrescenta à escala de prestígio índices compreendendo área residencial e conforto doméstico; A. Joly Gouveia (22) acrescenta uma modificação na escala de

Hutchinson, introduzindo mais uma categoria nas profissões não especializadas. Esta adaptação da escala é adotada a seguir por vários autores que acrescentam outros índices para a avaliação do nível sócio-econômico; J. Pastore (23) acrescenta a instrução do informante e de sua mulher; A. T. Alvarenga (24) introduz a *renda per capita* e a escolaridade do casal e V. L. Botta Ferrante (25) considera a área de habitação, a renda familiar e a escolaridade, características e tipo de moradia e o conforto doméstico. Todas essas escalas chegam, através de critérios mais ou menos arbitrários, a estabelecer estratos e níveis sócio-econômicos que sofrem as mesmas críticas: baseiam-se num critério de caráter ideológico, o prestígio da ocupação; tomam por referência a coerência interna das variáveis consideradas numa situação empírica.

Marcondes e outros (26) procuram uma solução alternativa ao utilizar a relação e a natureza do trabalho e a renda *per capita* como critérios básicos de sua classificação. No entanto, os 4 níveis de sua escala compreendem categorias de trabalho as mais diversas do ponto de vista da relação e da natureza do trabalho, combinadas com escolaridade e renda — o que não foge aos critérios usados nas escalas anteriores, exceto no que se refere ao prestígio da ocupação.

C. R. Brandão (27) utiliza como critérios de classificação:

- a) posição do produtor nos sistemas locais de mão-de-obra;
- b) grau de diferenciação da mão-de-obra;
- c) área de aplicação da força de trabalho;
- d) a relação entre o local de trabalho e o local de residência.

Através destes critérios consegue discriminar, para uma situação pouco diferenciada do ponto de vista do trabalho, estratos que se aproximam das classificações de classe social. A dificuldade em situar certas categorias de assalariados de alto nível, muito frequentes em populações mais diferenciadas do ponto de vista da divisão do trabalho, é a única restrição a este tipo de classificação.

Uma outra classificação mais genérica é usada por R. Prandi (28), que ao estudar o trabalhador por conta própria adota, tomando por base a posição dos trabalhadores nas relações de produção, as categorias de apropriadores de mão-de-obra, trabalhadores por conta própria e assalariados. Entre estes, distingue os assalariados com cargos de chefia e os subalternos e justifica: "a separação dos assalariados em chefes e subalternos estaria ao mesmo tempo relacionada com um simples critério de estratificação e com uma diretriz, ainda que frouxa, de classe social como classe de interesses mais próximos". Parece interessante testar esta classificação em outras situações empíricas.

Neste trabalho adotou-se uma classificação de camadas sociais consideradas sob dois aspectos: a posição dos trabalhadores nos sistemas de mão-de-obra, o que será denominado *estrutura do emprego* e a *renda per capita*. O primeiro aspecto, tomando por base a referência teórica explícita — aquela que atribui diferenças fundamentais aos grupos, quando se considera a posição social em relação ao trabalho; o segundo aspecto, tomando o salário como uma referência empírica e fundamental, dado que as pesquisas recentes mostram o poder discriminatório desta variável (29).

4 — Educação - Tipo de Escola

Educação é um termo que suporta uma gama variada de definições. Em sua concepção mais ampla se identifica como processo de formar e ser formado, como já afirmamos anteriormente.

O conceito de educação se torna mais específico quando se refere à transmissão de dados culturais e aquisição de conhecimentos. Mannheim (30) define a educação

como técnica social, cujo objetivo é influenciar o comportamento humano de maneira a enquadrá-lo nos padrões vigentes de interação e organização social. Neste caso, a educação é vista como categoria histórica ligada às transformações estruturais do sistema social global. A orientação do processo social implica um conjunto de operações integradas, sendo a educação uma das formas de ação.

Incorporando a essas definições a dimensão política do processo educativo, tendo em vista a sociedade de classes, pode-se definir educação como uma técnica social através da qual grupos determinados procuram transmitir um patrimônio cultural, visando a enquadrar os demais grupos nos padrões vigentes de interação.

Assim definido, o conceito se restringe à educação como uma técnica social tida principalmente pelas agências educativas como a escola.

No entanto, o processo educativo se desenvolve também de maneira assistemática e informal: a educação transmitida no meio familiar, por exemplo, e pelos meios de comunicação de massa.

Neste trabalho, o conceito de educação será operacionalizado em dois níveis:

a) educação formal sistematizada, que se realiza através de situações previamente preparadas como a educação escolar;

b) educação informal realizada de maneira assistemática.

Levando-se em consideração o objetivo da pesquisa, a educação formal foi estudada através dos professores e agentes de escolarização na forma como é vivenciada pelos pais de alunos (sujeitos da escolarização). Quanto à educação informal, esta foi analisada apenas no acesso a meios de comunicação de massa, tendo em vista como os pais interpretam e demandam a educação formal.

A escola é um estabelecimento onde se ministra ensino coletivo. No Estado de São Paulo, o ensino básico — o de 1º grau — é predominantemente público (aproximadamente 95% das unidades escolares, em 1970). Daí tratarmos nesta pesquisa apenas deste tipo de ensino.

Neste Estado, o ensino básico é ministrado nas escolas denominadas Escola Estadual de 19 Grau Isolada, Escola Estadual de 19 Grau Agrupada, Escola Estadual de 1º Grau e Escola Estadual de 1º e 2º Graus.

Considerando contudo os objetivos da pesquisa e as características destes vários tipos de estabelecimentos de ensino, pode-se afirmar, como Lourenço Filho (31), que as unidades escolares públicas dividem-se basicamente em duas categorias:

— *Escola isolada*: escola de um só professor. Para ela convergem as funções de ensino e gestão imediata de todas as atividades escolares (andamento dos programas, horários, atividades de classe e extra-classe), bem como as relações básicas com a comunidade próxima. Os alunos separam-se em vários grupos de adiantamento, e esses, em seções didáticas. É encontrada em maior quantidade na zona rural e o número de alunos é geralmente pequeno, o que não permite a instalação de muitas classes. Neste tipo de escola, dificilmente a quantidade de alunos ultrapassa a 100.

- *Escola agrupada*: é a escola de primeiro grau que reúne seis ou mais classes didáticas, localizada em zonas densamente povoadas de municípios ou distritos; geralmente conta pelo menos com 500 alunos. É uma instituição mais complexa que o tipo anterior; aí ocorre o fenômeno da divisão do trabalho e especialização de funções. Possui sempre um coordenador das atividades escolares que recebe o nome de diretor. Sua hierarquia portanto é mais complexa do que nas escolas isoladas. Aqui estão incluídas as escolas legalmente denominadas E.E.P.G. Agrupada, E.E.P.G. e E.E.P.S.G.

5 — Hipóteses

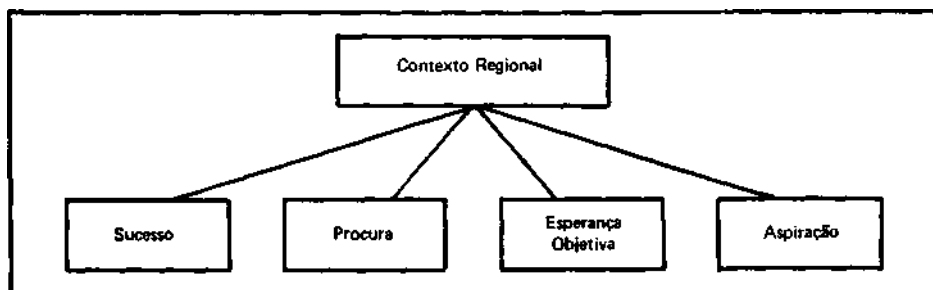
O contexto sócio-econômico regional, a localização urbano-rural e as condições de camada social influem no engajamento e resultado escolar, na avaliação das oportunidades reais, e sobre a manifestação das aspirações educacionais e ocupacionais.

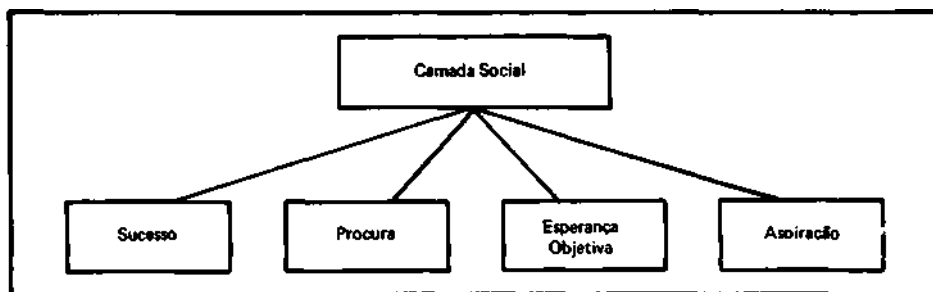
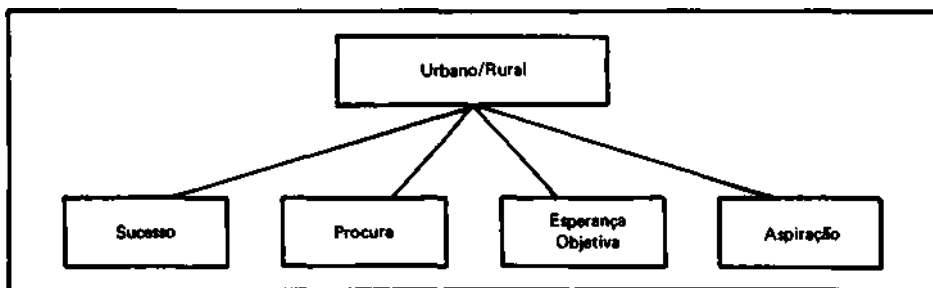
Especificando:

— *Conjunto de hipóteses que se referem a variáveis independentes*

- 5.1 — O sucesso escolar de alunos da escola primária sofre influência:
 - 5.1.1 — do contexto regional
 - 5.1.2 - do meio urbano/rural
 - 5.1.3 - da camada social
- 5.2 - A procura educacional de pais de alunos de escola primária ou de responsáveis sofre influência:
 - 5.2.1 - do contexto regional
 - 5.2.2 - do meio urbano/rural
 - 5.2.3 — da camada social
- 5.3 - A avaliação das oportunidades reais (esperança objetiva) de pais de alunos de escola primária ou de responsáveis sofre influência:
 - 5.3.1 — do contexto regional
 - 5.3.2 — do meio urbano/rural
 - 5.3.3 — da camada social
- 5.4 — As aspirações educacionais e ocupacionais de pais de alunos de escola primária ou de responsáveis sofrem influência:
 - 5.4.1 — do contexto regional
 - 5.4.2 — do meio urbano/rural
 - 5.4.3 - da camada social

Esquemáticamente as hipóteses podem ser apresentadas no seguinte quadro:





6 - Plano de Coleta de Dados

A — Desenho da amostra

O Estado de São Paulo, realidade estudada, é dividido em 3 áreas de características sócio-econômicas homogêneas e dentro destas, por amostragem casual, selecionaram-se os municípios e respectivas unidades escolares através de listagens e sorteio segundo o critério de números equiprováveis.

Os critérios para a seleção da amostra foram os seguintes:

a) listagens dos municípios do Estado de São Paulo segundo as três áreas sócio-econômicas: industrial, equilíbrio setorial e agrícola, estabelecidas pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. Sorteio de quatro municípios em cada uma das áreas;

b) listagem de escolas nos referidos municípios baseada em dados do Departamento do Ensino Básico da Secretaria da Educação do Governo de São Paulo; sortearam-se seis unidades escolares para cada município selecionado, três na área urbana e três na área rural, por considerar-se possível obter desta maneira um número suficiente e razoável de entrevistas;

c) sorteio de 20 alunos de cada escola, perfazendo 120 alunos para cada município. Como não foi possível encontrar 20 alunos na referida faixa de idade em um único estabelecimento, o número foi completado em outras escolas, selecionadas pelo mesmo processo;

d) para cada escola selecionada, além das entrevistas com pais de alunos, foi entrevistado um professor entre os que tiveram alunos sorteados.

B — Amostra efetiva

A amostra efetiva, obtida por estágios múltiplos em diferentes municípios do Estado, foi a seguinte

Área industrial:

Jundiaí
Taubaté
Campinas
Mogi-Mirim

Área de equilíbrio setorial:

Presidente Prudente
Marília
Jeriquara
Nhandeara

Área agrícola:

Bragança Paulista
Barretos
Mirando polis
Fernandópolis

a) *Escolas*: Para cada escola sorteada foi preenchida uma ficha de identificação. Inicialmente estava previsto o levantamento de 72 fichas de escolas; obtiveram-se, entretanto, 97 fichas, uma vez que o número de escolas foi ampliado no decorrer da coleta de dados. Quando não foi possível encontrar 10 alunos na faixa etária considerada na escola sorteada, completou-se o número de alunos em outras escolas do mesmo município, também selecionadas pelo mesmo processo. Este fato ocorreu principalmente com relação às escolas isoladas e à zona rural, razão pela qual conta-se com um número desse tipo de escola superior ao previsto no plano de amostra.

b) *Amostra de Professores*: A amostra foi selecionada tendo por base o livro de ponto de cada estabelecimento de ensino. Entre os professores que tiveram alunos sorteados, retirou-se uma amostra casual de acordo com o seguinte critério: nas escolas de 1º grau que contavam com alunos matriculados na 5ª, 6ª ou 7ª série, foram sorteados 4 professores: 2 que lecionam nas 4 primeiras séries e 2 que lecionam nas demais. Estava prevista a obtenção de aproximadamente 120 questionários de professores; entretanto, apesar de ter havido algumas recusas, obteve-se um número bem superior (173), em virtude da alteração do número de escolas sorteadas.

c) *Amostra de Pais*: Em cada escola, a partir do livro de matrícula, foram sorteados ao acaso 10 alunos, na faixa etária de 9 a 12 anos (nascidos entre 1964 e 1967) desprezando-se aqueles que tinham sido eliminados, perfazendo um total de 60 alunos, por município. Quando não foi possível encontrar 10 alunos na referida faixa etária em um único estabelecimento, completou-se o número com alunos de outras escolas, sendo tanto em um caso quanto no outro selecionados pelo processo anteriormente descrito. Identificado o aluno, anotou-se o nome e endereço dos pais ou responsáveis, para a realização da entrevista no domicílio. Estava prevista, portanto, a realização de 720 entrevistas com pais (60 em cada município); obtiveram-se 713. No município de Jeri-

quara não havia 30 alunos na escola rural na faixa de idade desejada; assim sendo, neste município foram realizadas apenas 25 entrevistas na zona rural; um questionário do município de Fernandópolis e um do município de Mogi-Mirim foram recusados devido a falhas no preenchimento.

Em resumo, após o trabalho de coleta de dados a amostra ficou assim constituída:

- a) 97 fichas de escolas;
- b) 173 questionários de professores, 49 na área industrial, 65 na área agrícola e 59 na área de equilíbrio setorial;
- c) 713 questionários de pais, sendo 239 na área industrial, 239 na área agrícola e 235 na área de equilíbrio setorial.

Dentre os 713 informantes, 192 (26,9%) têm filhos na segunda série; 181 (25,4%) na terceira; 147 (20,6%) na quarta; 112 (15,7%) na primeira; 55 (7,7%) na quinta; 24 (3,4%) na sexta e 2 (0,3%) na sétima.

<i>Série do Aluno</i>	<i>Número</i>	<i>%</i>
Primeira	112	15,7
Segunda	192	26,9
Terceira	181	25,4
Quarta	147	20,6
Quinta	55	7,7
Sexta	24	3,4
Sétima	2	0,3
TOTAL	713	100,0%

C - A Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por entrevistadores e supervisores especialmente contratados. Os supervisores foram selecionados e receberam treinamento diretamente da equipe responsável pela pesquisa, e ficaram encarregados de selecionar e treinar seus respectivos entrevistadores. Tanto para o supervisor quanto para os entrevistadores, foram elaborados manuais de instrução.

a) Trabalho de campo

A coleta de dados iniciou-se em fins de setembro de 1976 e terminou em novembro do mesmo ano. Os problemas encontrados variaram conforme o município e diziam respeito a dificuldades de acesso à zona rural, principalmente por causa das chuvas, **bem** como à colaboração de diretores e professores.

De modo geral, a receptividade dos pais em relação aos entrevistadores foi bastante satisfatória. Entre os professores, a receptividade e disposição no atendimento **aos** pesquisadores foi maior nas escolas isoladas de áreas rurais, enquanto que na zona urbana ocorreram algumas recusas.

b) Instrumentos

A coleta de dados junto aos responsáveis ou pais dos alunos (chefe de família) foi realizada através de um questionário preenchido pelo entrevistador, enquanto os professores preencheram um formulário, sob a orientação do supervisor do trabalho de campo.

A ficha da escola foi preenchida pelo supervisor a partir de informações do diretor do estabelecimento, seus auxiliares e pessoal da secretaria.

Dado o caráter *exploratório* deste trabalho, as perguntas de opinião — tanto do questionário dos pais como do formulário dos informantes — não foram codificadas, isto é, constituíram questões abertas, onde foi reproduzido literalmente o que dizia o informante. O desconhecimento do universo pesquisado não recomendava a utilização de questões pré-codificadas. A pesquisa-piloto efetuada na periferia de São Paulo — meio social muito diverso do estudo neste trabalho — serviu para um aprimoramento do instrumento de coleta de dados, mas não para a codificação das perguntas de opinião.

DESCRIÇÃO SISTEMÁTICA DE DADOS*

I - ESCOLAS

As escolas estaduais no presente trabalho são de três tipos: a escola isolada, rural ou urbana, a escola agrupada de 19 grau e a escola de 1? e 29 graus.

As escolas isoladas são 66 e funcionam em 49 prédios; as escolas agrupadas de 1? grau são 24 e as escolas de 19 e 29 graus, 6. Estes três tipos se distinguem pelo tamanho, instalações, serviços disponíveis e pessoal administrativo.

As escolas isoladas têm no mínimo 5 alunos e no máximo 43; 15 escolas têm apenas uma série, 36 têm duas séries e 14 têm até 3 séries funcionando no mesmo período. Todas as escolas têm instalações precárias. Nos 49 prédios, além da sala de aula, 30 têm cantina-cozinha, onde é feita a merenda para ser distribuída às crianças; 2 têm ambulatório dentário e apenas uma tem acomodação para professores.

As 24 escolas agrupadas de 1? grau têm no mínimo 166 alunos e no máximo 1.873; todas têm cantina-cozinha, a metade tem ambulatório dentário, 11 têm quadras de esportes, 10 têm acomodação para professores, 8 têm laboratório, 5 têm oficina, o que significa que suas instalações, em geral muito simples, limitam-se muitas vezes apenas à sala de aula e cantina-cozinha.

As 6 escolas de 1? e 2? graus têm no mínimo 806 alunos e no máximo 1.314. Suas instalações não diferem muito das escolas de 19 grau, exceto no que se refere à quadra de esportes e laboratório. Das 6 escolas, 5 têm cantina-cozinha, 2 têm laboratório dentário, 5 têm quadra de esportes, 3 têm acomodação para professores, todas têm laboratório, o que é uma exigência para o funcionamento de escola deste grau, e 2 têm apenas oficina.

Considerando o número de alunos atendidos pelas diferentes escolas, verifica-se que nos três tipos encontram-se escolas relativamente equipadas e escolas com equipamento precário. Note-se também que a existência de um serviço nem sempre significa seu funcionamento eficiente. Por exemplo, em uma das duas únicas escolas isoladas onde há atendimento dentário, este ocorre apenas duas vezes por ano.

Quanto aos recursos humanos, considerando o pessoal técnico-administrativo e auxiliar, e o pessoal docente, as 66 escolas isoladas têm 1 inspetor de alunos, 8 serventes e 22 merendeiras, estas em geral contratadas pelas prefeituras. Logo, a manutenção e a limpeza da escola ficam a cargo do professor em pelo menos dois terços das

A descrição dos dados, que compreende essencialmente variáveis qualitativas, utilizará o cálculo de χ^2 como medida de associação. Quando o χ^2 é menor do que 0,05 (5%), diz-se que é *significante*; menor do que 0,01 (1%), *muito significativa* e menor do que 0,001 (1/1000), *altamente significativa*.

escolas da amostra. Nas 24 escolas de 1º grau encontram-se 24 diretores, 22 auxiliares de direção, 2 orientadores educacionais, 9 secretárias, 21 escriturários, 27 inspetores de alunos, 90 serventes, 7 merendeiras e 30 outros auxiliares, o que significa que estas escolas contam com funcionários de carreira pará o desempenho dos serviços burocráticos e da parte administrativa, enquanto as funções educacionais propriamente ditas, tais como orientador educacional e psicólogo, estão pouco representados nos quadros funcionais, cabendo estas funções quase que exclusivamente aos professores. As 6 escolas de 1º e 2º graus contam com 6 diretores, 5 auxiliares de direção, 1 coordenador pedagógico, 2 orientadores educacionais, 5 secretárias, 23 escriturários, 28 inspetores de alunos, 36 serventes, 3 merendeiras e 2 outros. Estas escolas, de organização mais complexa, têm, no entanto, quase o mesmo quadro de funcionários que as escolas de 1º grau.

Considerando o pessoal docente, encontra-se em relação à situação funcional o seguinte: as 66 escolas isoladas têm 22 (33,3%) professores efetivos, 34 (51,5%) professores substitutos, 10 (15,2%) professores contratados, logo, apenas um terço das escolas têm professores de carreira. As escolas de primeiro grau têm 301 (32,2%) professores efetivos, 181 (19,4%) professores substitutos, 451 (48,2%) professores contratados e 2 (0,2%) professores em outra situação. Nestas escolas também se encontra apenas um terço de professores estáveis. As 6 escolas de 1º e 2º graus têm 165 (36,5%) professores efetivos, 42 (9,3%) professores substitutos, 242 (53,5%) professores contratados e 3 (0,7%) em outra situação. Repete-se, aproximadamente, a mesma porcentagem de professores efetivos das escolas isoladas e de 19 grau.

O corpo docente, no conjunto das escolas amostradas, tem uma situação de trabalho bastante precária, pois predominam os professores em regime de trabalho temporário (contratados, substitutos), o que significa uma instabilidade no estabelecimento de ensino e, em decorrência deste fato, uma descontinuidade no processo educativo.

Quanto à adequação idade/série, quando se considera o tipo de escola e o conjunto dos alunos, varia de 55% de alunos adequados nas escolas isoladas, 62% nas escolas de 1º grau e 66% nas escolas de 1º e 2º graus. No entanto, quando se considera a adequação pelas diferentes séries do primeiro grau, observa-se que embora a maior adequação em todas as escolas ocorra na 1ª série, as diferenças de adequação entre os três tipos de escola mantém-se, distanciando-se a escola isolada das demais, tendo esta mais alunos inadequados, o que corresponderia, grosso modo, a diferenças rurais/urbanas. De qualquer modo, as porcentagens de adequação são semelhantes àquelas encontradas pelo IBGE, que assinala atrasos de 45 a 63% nas matrículas (cf. Estado de São Paulo. 26/3/78).

Não foram encontradas diferenças entre as escolas quando se controla a divisão regional, exceto no que se refere ao número de séries nas escolas isoladas. Enquanto na região industrial predominam escolas de uma só classe, nas regiões de equilíbrio e agrícolas predominam escolas isoladas, em que funciona mais de uma série: 1º e 3º, 2º e 3º, 1º e 2º etc.

II - PROFESSOR

O estudo sobre o professor, como subsídio ao estudo mais amplo, tem por objetivo apreender como este entende os objetivos da educação formal, vê a atual organização do sistema escolar na ordem social e delimita o **seu papel, e sobretudo visualiza o**

condicionamento social das atividades educacionais. Assim, um dos propósitos do estudo é vincular diferentes aspectos concretos da vida escolar como sucesso, avaliação das possibilidades efetivas de escolaridade e trabalho dos alunos, e engajamento dos pais na escolaridade dos filhos, à variável meio rural e urbano.

Distinguem-se duas categorias: Professor I, que ministra aulas de 1ª à 4. série e Professores II e III, que ministram aulas a partir da 5ª série do 1º Grau.

Dos 114 professores de nível I, 111 (94,7%) são do sexo feminino. Nas escolas isoladas rurais, 100% são do sexo feminino, enquanto nos outros tipos de escola 56 (95%) são do sexo feminino.

Quanto à idade, tanto entre os professores I quanto entre os professores II e III, a maior percentagem é verificada na faixa etária de 26 a 30 anos, respectivamente 32 e 27% para nível I e níveis II e III.

Considerando-se as séries em que lecionam, verificou-se que 112 (98,2%) professores de nível I lecionam nas 4 primeiras séries do 1º grau, enquanto 54 (93,1%) da 5ª à 8ª série. Quanto à formação escolar, apenas 1 professor de nível II não tem curso superior, condição necessária para o exercício de suas funções. Já entre os de nível I, 68 (60%) também têm curso superior, o que significa que suas qualificações vão além das básicas exigidas.

No entanto, quando se considera a situação funcional no estabelecimento pesquisado, 61 (54%) professores de nível I são efetivos, e 47 (80,7%) professores de nível II são contratados em caráter temporário. Logo, quanto maior a posição na hierarquia do magistério, maior a instabilidade no cargo.

A carga horária semanal nos estabelecimentos pesquisados foi outro item em que surgiram diferenças. 102 (89,5%) professores de nível I trabalham de 16 a 20 horas semanais, enquanto 26 (44,2%) professores de nível II trabalham até 5 horas, e 24 (42%) de 21 a 25 horas semanais. No entanto, as cargas horárias do professor 11 referem-se a um único estabelecimento e, de uma maneira geral, ele completa as 44 horas semanais em outras escolas, o que significa maior deslocamento e maior gasto em condução.

Quanto ao tempo de serviço não foram encontradas divergências entre os cargos; 61 (54%) e 31 (52%) têm menos de 2 anos de serviço no estabelecimento.

Já a remuneração total apresenta discrepância considerável entre os cargos. A remuneração do professor I gira em torno de 4 salários-mínimos; é o caso de 96 (83,9%), enquanto que 44 (76,3%) dos professores de nível II recebem de 6 a 10 salários-mínimos. As opiniões dos professores sobre sua remuneração têm ênfase mais negativa no caso do professor I; 102 (90,2%) a consideram péssima, enquanto que 41 (70,7%) dos professores de nível II têm essa mesma opinião. Enquanto a metade dos professores de nível I alega que essa remuneração não cobre as despesas para a sobrevivência, 20 (33,3%) dos professores de nível II afirmam que esta mesma remuneração não condiz com o seu *status* e alegam o volume excessivo de trabalho, face à remuneração.

Não obstante a remuneração precária, constatou-se que 80 (70%) dos professores de nível I e 49 (34,2%) dos professores de nível II, contribuem financeiramente para a escola. A forma de contribuição apresenta variações segundo o cargo: enquanto 34 (30%) dos professores de nível I contribuem diretamente para a compra de material didático e 18 (16,4%) fazem doações de prendas para festas, 41 (70,2%) dos professores de nível II contribuem para as APMs.

Desta forma, com relação à contribuição que o professor faz para a escola, ou especificamente para a APM, observa-se que, de modo geral, os professores se empenham nessa colaboração.

No item "Opinião sobre os pais", constatou-se que, segundo os professores, independente da categoria ou tipo de escola, os pais não estão suficientemente engajados no processo de escolarização dos filhos.

Informam os professores que significativa porcentagem dos pais não apresentam reivindicações, principalmente os pais de alunos das quatro primeiras séries. Em geral, os professores explicam o não-engajamento dos pais no processo de escolarização pelo seu baixo nível de escolarização, que os impede de acompanhar mais efetivamente o estudo dos filhos, agravado pelo fato de que muitas vezes os pais precisam do trabalho do filho, ficando a escolarização em segundo plano. É relevante também a informação de que é pequeno o comparecimento dos pais às reuniões escolares.

No item "Opinião sobre os alunos", constatou-se que os professores visualizam seus alunos como pertencentes a famílias pobres, sem grandes possibilidades de continuar os estudos, observando no dia-a-dia as conseqüências dessa pobreza como subalimentação, falta de higiene e sobretudo ausência nas aulas, por ter que trabalhar para complementar o orçamento da família ou ajudar os pais na roça.

A maioria dos professores de nível I, quanto os de nível II e III, entendem que pertencem a uma camada social mais elevada que seus alunos.

A interpretação que os professores dão para o sucesso escolar de seus alunos, muito mais baseados nos aspectos psicológicos do que sociais, classifica seus alunos num baixo nível sócio-econômico e indica uma situação de pobreza como má alimentação e falta de higiene.

A maioria dos professores indica para seus alunos futuras ocupações que se enquadram nos níveis ocupacionais mais baixos da escala de prestígio ocupacional utilizada.

Torna-se interessante ressaltar que são os professores de nível II e III aqueles que, em menor porcentagem, indicam para seus alunos futuras ocupações nos mais baixos níveis da escala. Este fato vem de encontro às constatações de estudos sócio-econômicos sobre a população estudantil, no sentido de que há uma seleção sócio-econômica dos alunos nas quatro primeiras séries.

III- PAIS

1 Caracterização dos Informantes e das Unidades Familiares

O questionário referente aos pais ou responsáveis foi respondido por 713 informantes: 633 (89%) chefes de família (*), 66 (9%) cônjuges do chefe de família e 14 (2%) em outra situação.

- (*) É considerado o chefe aquele que toma as decisões da unidade doméstica. Pode ser homem ou mulher, conforme as indicações dos próprios informantes. Foi escolhido o chefe da unidade doméstica, levando-se em consideração que a situação sócio-econômica é determinada em grande parte, embora não em sua totalidade, pela posição deste na camada social. Considerações a respeito das divergências de opiniões marido/mulher foram levantadas. No entanto, em uma pesquisa exploratória como esta, toma-se por ponto de partida o chefe. A verificação de divergências ou a importância específica do cônjuge do chefe na escolaridade dos filhos é problema a ser tratado em outro trabalho, embora se tenham obtido algumas informações sobre o empenho do cônjuge na escolaridade dos filhos. Enquanto a faixa de idade 10/29 está sub-representada em relação ao conjunto da população, as faixas de idade 30/59 anos estão com porcentagens muito mais altas, o que se explica pelo tipo de população amostrada: pais que têm filhos entre 9 e 12 anos de idade, cursando escolas de primeiro grau no segundo semestre de 1976; logo, é esperado que as faixas de idade situadas nos extremos sejam pouco representadas neste trabalho.

O questionário possibilitou obter informações sobre o chefe, que tem as seguintes características; 671 (94%) homens e 42 (6%) mulheres.

A distribuição de idade dos chefes de unidades domésticas variou de 19 a 82 anos.

A média aritmética se situa em 42,4 anos. Comparando a distribuição das idades na população do Estado de São Paulo, tomando por base o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) (*), verifica-se que as idades — 30 a 59 anos — estão com porcentagens muito mais altas, o que se explica pelo tipo de população amostrada: pais que tem filhos entre 9 e 12 anos cursando escolas de 1º grau.

Os chefes de família são em grande maioria (90%). A grande maioria também (83%) é originária da Região Sudeste (**), sendo que 484 (68%) viveram no Estado de São Paulo. Quanto ao local de residência, 231 (32,4%) moram em cidade; 168 (23,6%) moram em vila e 308 (43,2%) moram em sítio/fazenda. Entretanto, 62% dos chefes de família tiveram o meio rural como área de maior influência em sua formação, isto é, ali viveram até os 15 anos de idade.

A escolaridade, tanto do chefe como de seu cônjuge, é bastante baixa: aproximadamente 30% de não escolarizados, em ambos os casos, e mais de 50% tendo até o primário completo. Dentre os cônjuges dos chefes, 7,7% têm escolaridade mais alta que o primário.

Comparando-se a distribuição da amostra com a população maior de 20 anos do Estado, verifica-se um grau maior de escolarização na amostra do que no conjunto da população; enquanto na população do Estado a porcentagem de não escolarizados é de 42%, a da amostra é de 30%; isto se deve provavelmente ao tipo de amostra; essa não é representativa do conjunto da população, mas sim de pais de alunos entre 9 e 12 anos, que cursavam o primeiro grau em 1976.

O prestígio da ocupação, dimensionado através da escala de Hutchinson na adaptação de A. Joly Gouveia (Anexo II, Quadro 1), apresenta as ocupações de maior prestígio, isto é, as não manuais, concentrando apenas 28% da população amostrada (categorias 1 a 5), enquanto que 21,07% se encontram nas ocupações manuais especializadas, e o restante (50,35%) nas ocupações manuais não especializadas. Logo, a população amostrada é constituída em 72% de ocupações manuais.

As unidades domésticas coincidem, em grande maioria, com a família conjugal, e têm de 2 a 17 pessoas, sendo a média 6,8, o que significa que são bem maiores que a média do Estado, aproximadamente de 5 pessoas por unidade doméstica. A média de filhos por unidade é 4 e apenas 6,5% abrigam outros parentes, além da família conjugal.

O exame do parentesco aluno/informante permite verificar que 634 (88%) vivem com os pais; 39 (5%) apenas com a mãe; 21 (2%) vivem com parentes de primeiro grau (avós, tios etc), 7 vivem com o padrasto e 8 vivem com pessoas sem grau de parentesco.

Enquanto a distribuição da renda familiar mensal na população amostrada se concentra nas faixas de 1 a 5 salários-mínimos (73% dos pesquisados), as faixas extremas estão sub-representadas; nas faixas mais baixas entende-se a pouca representatividade, já que a média de idade e a presença de pelo menos um filho entre 9 e 12 anos pode coincidir com unidades domésticas que, além do pai, podem contar com outros membros participando da força de trabalho. Quanto às rendas mais altas, as porcentagens semelhantes entre universo e amostra apontaram a representatividade

(*) PNAD 2/1972.

(**) Vide IBGE.

da mesma e o desvio provável em que faixas de rendas mais altas procuram escolas particulares, e não escolas estaduais para os filhos estudarem. A população amostrada é basicamente constituída de famílias de baixa renda. Tomando os critérios do DIEESE (*), cerca de 63% têm até 3 salários-mínimos de renda mensal, constituindo, segundo aquela entidade, a classe trabalhadora.

As rendas mais baixas, como esperado, encontram-se no sítio/fazenda (85,5%); a vila (54%) tem rendas intermediárias, e as mais altas concentram-se na cidade (68,5%).

No que se refere à distribuição da renda *per capita* (Anexo II, Quadro 3), verifica-se uma distribuição maciça nas categorias mais baixas, concentrando 67,3% dos informantes com até 1/2 salário-mínimo de RPC, enquanto nas categorias 1, 2 e mais de 2 salários-mínimos estão compreendidos 32,7% dos entrevistados, o que significa que a população amostrada é constituída de unidades familiares que têm renda modesta.

A maioria dos informantes mora em casa própria (48,9%), sendo secundados pelos que moram em casas cedidas (31%), e vindo em último lugar os que moram em casa alugada.

Os moradores de cidade e vila concentram-se em casa própria (68,4% e 54,2%, respectivamente), enquanto os moradores de sítio/fazenda (59,1%) concentram-se em casas cedidas.

Quanto à disponibilidade de serviços de infra-estrutura, 32,5% têm água com canalização interna, 64,8% luz elétrica, 29,3% ligação em rede de esgotos e telefones.

Comparando os dados do PNAD e a população amostrada verificam-se nesta última índices que estão aquém dos índices encontrados no conjunto do Estado de São Paulo. Isto se deve ao fato de que a população rural constitui propositalmente metade da população amostrada, sobrecarregando assim a distribuição que é proporcional ao local de residência. Conseqüentemente, ao tomar por referência o acesso a serviços **essencialmente** urbanos, **encontram-se** porcentagens diversas, dada a importância da população rural no **presente trabalho**.

As ordens de prioridade na amostra são televisão e automóvel, seguidos de **geladeira, enquanto** no universo, **para o meio** rural, a televisão é seguida de geladeira, ficando o automóvel apenas com 7,6% de freqüência.

Quanto à distribuição dos bens duráveis, verifica-se que televisão, rádio-vitrola, automóvel e motocicleta, obedecem à distribuição do universo. Geladeira e máquina de lavar estão sub-representadas na amostra.

Embora a ordem de bens não se altere muito, a discriminação segundo o local de residência (Anexo II, Quadro 5) mostra a situação intermediária da vila, o que já se verificou também na distribuição da renda familiar mensal.

Sumariando, pode-se dizer que a amostra constituída de chefes de família, pais de crianças de escolas públicas estaduais, de camadas baixas, é representativa da população do Estado de São Paulo.

2 Educação Informal

Analisa-se aqui o acesso a determinados canais e agências capazes de transmitir de maneira assistemática uma série de informações relevantes no processo educativo.

Os canais e as agências considerados são aqueles que potencialmente atingem grande parte da população: jornais e revistas, livros, rádio, televisão, clubes e cultos religiosos.

(*) Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos.

Entre os informantes, 392 (55,2%) nunca lêem jornais; 371 (52,8%) não costumam ler revistas; 95 (13,4%) não possuem livros em casa e 437 (61,6%) possuem livros escolares ou religiosos. Ouvem rádio todos os dias 549 informantes (77,1%) e 370 (52%) assistem à televisão diariamente. Constatou-se que 577 (81,2%) frequentam cultos religiosos e apenas 93 (13,1%) vão a clubes. Como se vê, o acesso aos meios de comunicação abordados não é generalizado entre a população amostrada.

Considerando-se a variável local de residência, verificou-se uma discriminação muito grande com relação ao acesso a estes meios. Os resultados dos testes de χ^2 indicavam associações altamente significativas entre estas variáveis (exceto com relação à audiência a rádio).

Assim, é no sítio ou fazenda que há menor porcentagem de informantes que lêem jornais e o fazem com menor freqüência; 32,3% contra 43,1% na vila e 62,2% na cidade, sendo que no sítio ou fazenda apenas 2,3% dos que lêem, o fazem diariamente, enquanto na vila são 7,2% e na cidade 22,2%.

Assim como ocorre na leitura de jornais, é no sítio ou fazenda que se encontra a menor porcentagem de informantes que lêem revistas (35,7%) contra 51,2% na vila e 60,4% na cidade. Quanto aos tipos de revistas que são lidas, constatou-se que tanto no sítio quanto na vila e na cidade, as fotonovelas são as mais lidas; 32,6% na cidade, 28% na vila e 24,6% no sítio ou fazenda. Torna-se importante ressaltar que a porcentagem de informantes que lêem revistas de caráter informativo é maior na cidade e na vila que no sítio, respectivamente, 8,3%, **10,1%** e 4,6%.

São os moradores em sítios ou fazendas os que menos têm livros em casa, e **17,1%** não têm nenhum tipo de livro. Quando a família os possui, a grande porcentagem é de livros escolares ou religiosos (13,3%). Dos moradores de vila, 83,9% têm livros em casa e os da cidade 93,1%. É na cidade que há maior porcentagem de entrevistados que possuem um montante de livros que incluem romances, livros técnicos e científicos (37,2% contra 19% na vila e 9,5% no sítio ou fazenda).

Também é na cidade que se encontra a maior porcentagem de entrevistados que compram coleções (35,2%), alegando que esta compra tem por motivo aprimorar conhecimentos (26,5%). Na vila, 23,8% compram coleções e 16,1% o fazem visando a aprimorar conhecimentos; no sítio ou fazenda essas porcentagens são, respectivamente, de 15,9% e 8,8%.

Qualquer que seja o local de residência (cidade, vila ou sítio-fazenda), mais de 90% da população ouve rádio.

É no sítio ou fazenda que se constata a maior porcentagem de entrevistados que ouvem rádio diariamente: 83,1% contra 73,8% na vila e 71,9% na cidade.

Constatou-se tanto na cidade quanto na vila e sítio ou fazenda que os dois programas mais indicados como preferidos são música, informativo e notícias; mas as porcentagens de indicações diferem. Enquanto no sítio ou fazenda a música tem 42,36% das indicações, contra 41,36% na vila e 39,9% na cidade, os programas informativos têm 30,17% das indicações na cidade contra 26,71% na vila e 21,27% no sítio ou fazenda. É interessante notar que na cidade a novela tem maior porcentagem de indicações (11,92%) que nos demais locais, vindo, portanto, em 3º lugar, enquanto no sítio ou fazenda são os programas religiosos que estão em 3º lugar com 15,27% de indicações.

No caso da assistência à televisão, observa-se o contrário ao da audiência a rádio; é na cidade que há maior porcentagem de entrevistados que assistem à TV com maior freqüência. Enquanto na cidade e na vila há, respectivamente, uma porcentagem de 80,5% e 75,3% de entrevistados que assistem à TV, sendo que 75,3% e 61,3% o fazem

diariamente, no sítio ou fazenda esta porcentagem cai, respectivamente, para 40,7% e 29,6%.

Os programas com maior porcentagem de indicações, tanto para a cidade quanto para a vila, sítio ou fazenda, são as novelas, informativos e esportes, sendo que na vila os filmes têm quase a mesma porcentagem que os esportes. As porcentagens são as seguintes: para as novelas 45%, 47,8% e 49,5% respectivamente; para os informativos: 27,4%, 15,9% e 25,6%, enquanto que para os esportes 8,7%, 8,6% e 10,6%.

Quanto à frequência a entidades que possam veicular algum tipo de informação, há uma alta porcentagem de frequência a cultos religiosos (mais de 75%), independente do local de residência; é na cidade que se encontra a maior porcentagem (88,3% contra 76% na vila e 78,2% no sítio ou fazenda).

São os moradores da cidade os que mais freqüentam clubes: 28,7% contra 9,5% na vila e 2,6% no sítio ou fazenda.

Considerando-se a variável renda *per capita*, também se constatou uma discriminação muito grande com relação ao acesso aos meios de comunicação considerados; os resultados dos testes de X² com exceção dos aspectos de audiência a rádio e frequência a cultos religiosos (não significantes), apontaram associações altamente significativas entre as variáveis.

Quanto maior é a renda *per capita*, mais freqüente a leitura de jornais; de 1,9% e 4,4% que lêem diariamente nas faixas mais baixas, passa-se para 10,4% nas faixas intermediárias, atingindo 33,9% e 50% nas faixas mais elevadas, e também confirmando-se ainda uma diferenciação no tipo de leituras realizadas. Para as faixas de renda *per capita* mais baixas, predomina a fotonovela, enquanto nas faixas mais elevadas há variedade de leituras de caráter mais informativo; quanto menor a renda, menos se lêem revistas; na faixa de menor renda, mais de 60% das famílias não lêem revistas, enquanto nas faixas de maiores rendas, isto é, com renda acima de um salário-mínimo, a porcentagem cai para cerca de 30%.

A inexistência de livros em casa ocorre apenas nas faixas de renda mais baixa; por outro lado, quanto maior é a faixa de renda, há maior porcentagem de famílias que possuem livros de assuntos diversos. Nas faixas de renda mais alta, acima de um salário-mínimo, cerca de 60% das famílias possuem mais de um tipo de livro em casa, enquanto que na faixa de menor renda (até 1/4 de salário-mínimo), mais de 70% das famílias possuem apenas livros escolares e religiosos.

Aliado a este aspecto, na faixa de maior renda (acima de 2 salários-mínimos), mais de 60% das famílias compram coleções de livros e o fazem visando o aprimoramento dos conhecimentos, enquanto que na faixa de menor renda (até 1/4 de salário-mínimo), quase 90% não compram, alegando falta de dinheiro ou que não é necessário comprá-los.

Qualquer que seja a faixa de renda, mais de 75% das famílias ouvem rádio freqüentemente, isto é, todos os dias. Entretanto, quanto maior a renda, maior a preferência dos entrevistados pelos dois tipos de programas mais citados: informação/notícias e música. Enquanto na faixa de renda mais baixa há 21,6% de indicações para o primeiro e 41,8% para o segundo, nas faixas de renda mais alta há 41,2% de indicações para o primeiro e 42,6% para o segundo. Com os programas religiosos ocorre o contrário: quanto menor a renda maior a preferência por este tipo de programa — 14,1% de indicações na faixa de renda mais baixa e nenhuma indicação na faixa de mais alta renda.

A assistência à TV é discriminada pela renda *per capita*. Quanto maior a renda *per capita*, maior é a porcentagem de famílias que vêem TV com maior frequência.

Mas qualquer que seja a faixa de renda, os programas preferidos são novelas e informações.

No que se refere a cultos religiosos, a frequência, qualquer que seja a faixa de renda, é de mais de 75%, segundo as respostas positivas, o mesmo não ocorrendo quanto à frequência a clubes. Enquanto na faixa de maior renda (acima de 2 salários-mínimos), 66,7% das famílias freqüentam clubes, na faixa de menor renda (até 1/4 de salário-mínimo), apenas 3,4% das famílias o fazem.

Conclusões

Como era esperado, observou-se em educação informal uma discriminação no acesso aos meios de comunicação de massa pesquisados, quando se considera o local de residência e a renda *per capita*.

O acesso é limitado a pequena parte da população. Por outro lado, é cumulativo, uma vez que os mesmos que assistem à TV, lêem revistas, compram coleções e freqüentam clubes, residem no meio urbano e dispõem de maiores recursos. Considerando o tipo de leitura, o acesso é também diferenciado: as camadas altas lêem jornais e revistas; as camadas intermediárias lêem fotonovelas e as camadas baixas não têm acesso a esses canais de informação. O rádio é ouvido por todos, diferenciando-se o tipo de programa: informativos no meio urbano e camadas altas, religiosos no meio rural e camadas baixas.

É necessário inferir, portanto, a importância do meio familiar e o peso da escola como elementos fundamentais na transmissão de conhecimentos para uma grande parcela da população. No meio rural e para as camadas mais baixas, o acesso aos meios de informação e o atendimento por parte do sistema educacional são deficitários. No meio rural existe maior necessidade de informação, e aí as escolas são mais carentes, enquanto que no meio urbano existem canais de informação, as escolas são mais equipadas e os professores mais experientes.

3 Sucesso Escolar

O sucesso escolar é entendido neste trabalho fundamentalmente como a adequação idade/série. No entanto, deve ser apreendido tendo por referência alguns outros aspectos da vida escolar do aluno: o início da escolarização, a frequência à escola, o motivo das faltas, a dificuldade nas matérias e a existência de reprovação.

O início da escolarização ocorre para 80% dos alunos sorteados na idade adequada, isto é, 6 ou 7 anos. Os critérios de adequação são bastante amplos pois, levando em consideração a data do nascimento da criança e a época da coleta de dados (fim do ano letivo de 1976), foram consideradas inadequadas as crianças que estavam, pelo menos, 2 anos discrepantes em relação à idade/série. Assim, 7 e 8 anos estão adequados no 1º ano; até 9 anos no 2º; até 10 anos no 3º; até 11 anos no 4º; até 12 no 5º. Dentro deste critério amplo, na população amostrada, mais da metade dos alunos está com escolaridade adequada; mais da metade falta às aulas e o principal motivo é doença (54,7%); outros motivos (25,3%): chuva (4,8%), cuidar do irmão (2,4%), malandragem (1,4%), trabalho (0,6%), condução (0,3%) e diversos (15,8%). A maior dificuldade encontrada, em relação às matérias, é o aprendizado da matemática. Menos da metade foram aprovados (*).

(*) Esta porcentagem de reprovação pode estar subestimada, pois no final do ano letivo, época em que foi efetuada a coleta de dados, dos que não têm condições de prosseguir os estudos, uma parte provavelmente já abandonara a escola.

Nas variáveis consideradas em relação ao sucesso escolar e ao local de residência, a associação foi altamente significativa, exceto na frequência à escola em que não houve discriminação.

Dentre as crianças que iniciaram a escolarização com 6 anos, a maior frequência, 79 (34,3%), foi observada entre os moradores da cidade, vindo depois vila, 34 (20,2%) e sítio, 28 (8,8%).

Dos que iniciaram com 7 anos, que é a idade oficialmente adequada, a maior frequência, 224 (71,8%), foi observada entre os moradores de sítio, vindo a seguir os que moram em vila, 104 (60,7%), e por último os da cidade, com 122 (53%).

Entre os que iniciaram com 8 ou mais anos, temos: 22 (9,6%) dos que residem na cidade, 20 (11,9%) dos que moram em vila e 44 (14,3%) dos que residem em sítio ou fazenda.

O maior índice de adequação foi observado entre os moradores da cidade com 71% de adequação e 29% de inadequação.

Em segundo lugar, vêm os moradores de sítio ou fazenda, com 156 (50% de adequação).

Entre os moradores de vila é que se observa menor índice de adequação — 45,3% e 54,7% de inadequação.

Pode-se notar que, embora para a idade de 12 anos o grau de adequação tenha diminuído nos três locais de residência, a discrepância é muito grande entre os que moram em vila e sítio, com relação aos que residem em cidade. Também, enquanto dentre os desta última o índice de adequação diminui cerca de 12%, comparando-se as idades de 9 e 12 anos, em vila diminui 37% e em sítio 62%.

O local de residência não discrimina frequência, quando esta é testada através da informação dos pais sobre a ida dos filhos à escola.

Entretanto, se quando indagados sobre a frequência dos filhos, muitos afirmaram que estes iam todos os dias à escola, o número dos que faltam é bem superior, quando se analisam os motivos apontados para as faltas.

Assim, na cidade há um total de 190 alunos que faltam, dos quais 154 (81,1%) faltam por doença e 36 (18,9%) faltam por outros motivos.

Em vila, dos 148 que faltam, 109 (73,6%) faltam por doença e 39 (26,4%) por outros motivos. Na zona rural encontra-se um total de 226 que faltam, dos quais 122 (54%) faltam por doença e 104 (46%) por outros motivos.

Assim, enquanto na cidade e na vila predomina a alegação de que as faltas ocorrem por doença, em sítio/fazenda também são muito significativos os outros motivos que levam os filhos a faltarem.

Quanto a dificuldades nas matérias, num total de 692 pesquisados, 39,6% responderam que a matéria em que o filho tem mais dificuldade é matemática.

Não há diferenciação entre os três locais de residência, quando se consideram as disciplinas Matemática e Português, que foram as mais apontadas nos três; Matemática: cidade 40,4%, vila 39,8% e sítio 38,9%; Português: cidade 13,9%, vila 13,3% e sítio 13,2%.

Os moradores da cidade são os que em maior porcentagem afirmaram que o filho não tem dificuldade em nenhuma matéria (17,9%). Dos que afirmaram que o filho tem dificuldades em todas as matérias, são os de vila que apresentam a maior porcentagem (8,4%). Os de sítio se encontram em situação intermediária nos dois casos. Mas se pode perceber que os moradores de cidade são os que têm maior conhecimento das dificuldades dos filhos.

Enquanto entre os da cidade, cerca de 40% já foram reprovados, esta porcentagem sobe para cerca de 60% em sítio e vila, verificando-se pelo número de reprova-

ções por aluno, que a cidade tem sempre os menores índices, vila e sítio se igualando em número de reprovações. Nunca foram reprovados 58,9% dos alunos que residem na cidade, 37,5% dos que moram em vila e 38% dos que moram em sítio.

Quando se considera renda *per capita* e sucesso escolar, também não existe associação apenas com relação à frequência à escola. Os filhos dos que estão nas faixas de 1 ou mais salários mínimos, entram mais cedo na escola do que os daqueles que se situam nas faixas de renda inferiores; entram para a escola com 6 anos 45,2% e 6,1% dentre os primeiros e 11,1%, 12,1% e 24,4% dos que se situam nas faixas de 1/4, 1/2 e 1 salário-mínimo *per capita*. Assim, o número dos que entram com 7 ou mais anos decresce à medida que aumenta a faixa (44,2%; 48%; 63,7%; 82,3%; 94,4%). O índice de adequação, em geral, cresce à medida que aumenta a renda *per capita*. Assim, enquanto que para as duas faixas de renda mais baixa o número de inadequados supera o de adequados, o inverso ocorre com as faixas mais altas, em que o nível de adequação atinge quase 100% para a última categoria de renda.

Embora não exista associação entre frequência à escola (baseada na opinião dos pais) e renda *per capita*, os motivos das faltas variam em função da renda. Assim, enquanto os pais de renda *per capita* mais elevada alegam que os filhos faltam quase que exclusivamente por doença, nas faixas mais baixas há também uma incidência maior de outros motivos, principalmente na camada inferior (45,4%).

Com relação às dificuldades apontadas, vê-se que em Matemática não há uma diferenciação nítida entre os de maior ou menor renda, dada a semelhança dos resultados obtidos para a faixa mais baixa e a mais alta (33,8% e 30,6%). Em Português, contudo, a dificuldade cresce no sentido das faixas de renda mais elevadas, o mesmo ocorrendo com as dificuldades em outras matérias.

Os que estão nas categorias mais baixas de renda também são os que mais desconhecem as dificuldades que os filhos possam apresentar. A medida que aumenta a renda, também se acentua por parte dos pais a noção das dificuldades que os filhos têm nas várias matérias.

A reprovação cresce no sentido das categorias mais baixas de renda, nas quais a maioria dos pais tem filhos reprovados uma, duas ou mais vezes; ocorre o inverso com os que estão nas categorias mais altas de renda; a maioria dos pais não tem filhos reprovados.

Conclusões

Verificou-se, no sucesso escolar, que o início da escolarização ocorre na idade adequada para o conjunto da população e, quando possível, isto é, quando há escolas, a tendência é colocar os filhos antes dos 7 anos, idade de escolaridade obrigatória. O mesmo ocorre em relação à frequência que, segundo a opinião dos pais, é alta e onde as faltas só ocorrem por motivo de doença, o que significa uma procura de fato, e uma valorização da instituição escolar para o conjunto da população.

A adequação idade/série encontrada é aquela que as estatísticas escolares têm acusado nos diversos censos, em torno de 50% aproximadamente; no entanto, ela decresce sensivelmente nas faixas de idade de 9 a 12 anos; enquanto aos 9 anos, 70% das crianças estão adequadas, aos 12 anos 70% estão inadequadas.

A maior inadequação foi localizada em vila, justamente onde nos últimos anos tem ocorrido uma expansão das séries de estudo a que a clientela pode ter acesso; o fato de a expansão ser recente, parece implicar a absorção dos que até então se encontravam fora do sistema educacional por deficiência da oferta. A reprovação maior

também ocorre em vila e sítio/fazenda, onde gira em torno de 60%, enquanto que na cidade é de 40%.

Em suma, meio social e renda parecem ser fatores primordiais na explicação do sucesso escolar.

4 Empenho

O empenho entendido como o engajamento dos pais na escolarização dos filhos foi avaliado através dos aspectos: escolaridade efetiva, acompanhamento ao estudo, contribuição à escola, benefícios recebidos na escola, grau de satisfação com relação à mesma, consentimento para deixar a escola, e preferência por trabalho ou estudo.

4.1 Escolaridade efetiva

A maioria dos informantes tem de 2 a 3 filhos que estudam. Apenas 16,1% têm filhos entre 7 e 14 anos que já freqüentaram a escola e deixaram de estudar e 10,5% tem filhos nesta mesma faixa de idade que nunca freqüentaram escola. Dos filhos que estudam ou estudaram 55,7% têm escolaridade primária, 29,9% escolaridade secundária e a menor quantidade — 9,1% — possui escolaridade colegial ou mais elevada. A escolaridade efetiva, considerada segundo o local de residência, apresentou associação em todas as variáveis consideradas. Assim, os pais que residem em cidades são, em geral, os que possuem a maior quantidade de filhos estudando, destacando-se, depois, os de sítios ou fazendas e em último lugar os que moram em vila. Desta forma, é em sítio ou fazenda que se observa a maior porcentagem de pais que têm filhos entre 7 e 14 anos que não estudam atualmente — 24,4% —, enquanto que em vila encontram-se 12,5% e em cidade 8,2%. Entre os pais que moram em cidade, 42,9% têm filhos com escolaridade secundária, enquanto que entre os que moram em vila, 62,8%, e em sítio/fazenda 73,5% têm filhos com curso primário apenas. O curso colegial só é significativo entre os moradores de cidade: 19,2% encontram-se nesta situação.

Levando-se em conta a renda *per capita* e a escolaridade efetiva, observa-se uma associação altamente significativa com relação às variáveis consideradas: mesmo no tocante ao número de filhos que estudam, em que não houve discriminação, a maioria dos pais, em qualquer faixa de renda, tem de 2 a 3 filhos que estudam. Com relação ao número de pais que têm filhos de 7 a 14 anos que não freqüentam a escola, observou-se que, quanto maior a renda, menor é a porcentagem de pais que têm filhos nestas condições (até 1/4 de salário-mínimo, 22,1%; até 1/2, 22,6%; até 1, 6,7% e até 2/3, 3,2%). Os familiares com a renda maior que 2 salários-mínimos não têm filhos nestas condições; em todas as faixas de renda, a maioria dos pais tem apenas 1 filho que não estuda. Observou-se também que dentre os filhos que estudam ou já estudaram, quanto maior a renda, maior a escolaridade e vice-versa.

A maioria dos familiares que se situam nas faixas até 1/2 salário-mínimo, tem filhos com escolaridade primária (75,7% e 66,2%); em segundo lugar estão os que têm filhos com escolaridade secundária (22,8% e 27,8%), e a minoria com curso colegial ou mais elevado (1,5% e 5,9%). Na faixa até 1 salário-mínimo, estão em maioria os que têm filhos com curso secundário (45,2%), em seguida com o primário (39,7%) e em menor quantidade com o colegial (15,1%). Já os pais que estão nas faixas acima de 1 salário-mínimo, têm mais filhos com curso secundário (44,6% e 33,3%) ou colegial (28,6% e 40%) e, em menor quantidade, com apenas o primário (26,8% e 26,7%).

4.2 Acompanhamento aos estudos dos filhos

A maioria (63,1%) dos chefes de família acompanha o estudo dos filhos, não havendo discriminação por local de residência ou renda *per capita*.

Em todos os locais de residência, a maioria dos pais acompanha o estudo dos filhos para ver se eles vão bem na escola: cidade, 31,6%; vila, 32,7% e sítio, 28,1%.

Em segundo lugar, também em todos os locais, estão os que não acompanham, porque não têm tempo ou paciência: cidade, 17,7%; vila, 27,4% e sítio, 16,7%.

Ainda no sítio, os pais que acompanham, porque é obrigação, representam-se em porcentagem semelhante (16,7%). Os demais motivos variam de acordo com o local de residência e de maneira geral são menos representativos, mas podemos ainda destacar, dentre eles, que os pais que moram em cidades e vilas também acompanham o estudo para evitar que os filhos percam o ano. Por outro lado, os que moram em sítios não acompanham porque são analfabetos (16,3%).

Em todas as categorias de renda, a maior quantidade de pais afirmou que acompanha o estudo para ver se o filho vai bem. Entretanto, são representativos, também, na faixa de rendimentos mais baixos (até 1/4 de salário-mínimo), os pais que não acompanham porque são analfabetos — 20,8%; nas demais faixas de renda *per capita*, a segunda maior quantidade de pais não acompanha porque não tem tempo ou paciência (23,8% e 22,8%).

A porcentagem de mães que acompanham o estudo dos filhos é 5% superior à dos chefes de família. Em todos os locais de residência (cidade, vilas, sítios ou fazendas) as que acompanham são sempre mais numerosas do que aquelas que não acompanham, destacando-se as mães residentes em vila (80,5%) e as residentes em sítio/fazenda, que acompanham menos (67%). Observou-se também que em todos os locais de residência, as maiores porcentagens estão com os cônjuges que acompanham porque se interessam em ver o filho formado (cidade, 49,1%; vila, 52,6%; sítio/fazenda, 44,9%). Os demais motivos de acompanhamento variam nos diferentes locais de residência.

O segundo motivo mais apontado entre os cônjuges que moram em cidade — 14% — foi o acompanhamento para ajudar e orientar no estudo, embora 15,6% não acompanhem por falta de tempo. Também em vila, os cônjuges acompanham para ajudar ou orientar os estudos (15,6%). Já no sítio/fazenda, os cônjuges não acompanham porque são analfabetos (20,1%).

Associando renda *per capita* com os motivos de acompanhamento, verificou-se em todas as faixas de renda maior concentração daqueles que acompanham porque têm interesse em ver o filho formado. No segundo motivo, os que estão na faixa até 1/2 salário-mínimo não acompanham porque são analfabetos. Na faixa de renda até 1 salário-mínimo os pais não acompanham porque não têm tempo. Entretanto, os que estão nas faixas acima de 1 salário-mínimo acompanham o estudo do filho para ajudar, se for necessário. Assim sendo, existe uma mudança no tipo de acompanhamento dos cônjuges, à medida que a renda vai-se tornando mais elevada.

4.3 Contribuição à escola

Do total, 51,3% dos pais fazem contribuição em dinheiro à escola; destes, 207 (29%) o fazem até Cr\$ 20,00; 70 (9,8%) até Cr\$ 50,00; 57 (8%) com mais de Cr\$ 50,00 e 32 (4,3%) não especificam a quantia.

Quanto a outras formas de contribuição, 91 (12,8%) doam gêneros para a merenda; 79 (11,1%) prestam serviços; 45 (6,3%) dão ajuda material e 19 (2,7%) fazem outros tipos de colaboração.

À medida que se passa da cidade para vila e para sítio/fazenda, observa-se um decréscimo na porcentagem de pais que fazem contribuição em dinheiro (71,7%, 52,1% e 35,8% respectivamente). Observa-se também que os pais de cidade são os que contribuem com as maiores quantias em dinheiro, sendo que 36,1% contribuem até Cr\$ 20,00. Por outro lado, são os de sítio/fazenda os que apresentam a maior porcentagem - 38,3% — de outras formas de colaboração, seguindo-se cidade com 31,2% e vila com 25%.

O tipo de contribuição varia segundo o local de residências: cidade dá ajuda material (10,4%) e fornece gêneros para a merenda (9,5%); vila presta serviços basicamente (12,5%) e sítio/fazenda fornecem gêneros (18,8%) e prestam serviços (14,6%).

Também quanto maior a renda, mais elevada é a porcentagem de pais que contribuem com dinheiro para a escola, e nas faixas de renda mais baixas, os pais colaboram mais com serviços ou com gêneros alimentícios (12% e 16%). Já nas faixas mais elevadas, embora os pais também colaborem com serviços, alimentos etc, observou-se maior destaque na ajuda material. Assim, à medida que cresce a renda, aumentam a ajuda material e também outros tipos de colaboração.

4.4 Benefícios recebidos na escola

Entre os 713 chefes de família entrevistados, a maioria, 474 (66,5%), afirmou que o filho nada recebe na escola, enquanto que 237 (33,2%) acham que o filho recebe benefícios.

Dos que recebem, 109 (15,3%) apontaram o próprio estudo, educação e orientação; 58 (8,1%) a alimentação; 34 (4,8%) consideraram material escolar e/ou vestuário; 18 (2,5%) alimentação e material escolar; 5 (0,7%) assistência à saúde e alimentação; 1 (0,1%) apenas assistência à saúde e 11 (1,5%) apontaram outros benefícios.

Embora em todos os locais de residência a maioria dos pais tenha dito que seus filhos não recebem nenhum benefício, há, por outro lado, uma associação altamente significativa entre local de residência e tipo de benefícios apontados. Enquanto cidade e sítio/fazenda apontam fundamentalmente o próprio estudo (22,2% e 15,3%), vila aponta em 21,6% os seguintes benefícios: gêneros para a merenda, ajuda material, alimentação, assistência médica e outros. Assim, na opinião dos pais, o estudo é o principal benefício recebido na escola.

Relacionando-se renda *per capita* e benefícios recebidos na escola, verificou-se também uma associação altamente significativa. Encontrou-se em primeiro lugar, em todas as faixas de renda "o próprio ensino, educação e orientação"; em segundo lugar, "alimentação" e, em terceiro, com exceção dos que estão na faixa de mais de 2 salários mínimos, "material escolar e/ou vestuário". São os pais incluídos nas faixas até 1 salário-mínimo que apontam variedade de benefícios recebidos, enquanto que nas faixas de renda mais elevada, o benefício apontado é o próprio ensino, fundamentalmente confirmando assim a importância atribuída ao ensino para todas as faixas de renda.

A maioria dos informantes, 390 (54,7%), declarou estar satisfeita com a escola, observando-se associação entre a satisfação, o local de residência e a renda *per capita*. Estas mesmas porcentagens foram encontradas por A. Joly Gouveia em estudo efetuado em áreas rurais e urbanas do Estado do Rio, na década de 50.

Entre os insatisfeitos, 21,8% querem modificações no ensino e um nível melhor, 108 (15,1%) apontam como deficientes as condições materiais, 31 (4,3%) gostariam de maiores oportunidades de escolarização e 26 (3,6%) deram outros motivos. A maior porcentagem dos que residem em cidade (58,4%) e em sítios (59,7%) estão satisfeitos com a escola enquanto que a maioria dos pais que moram em vilas (58,4%) querem mudança. Os pais que estão incluídos nas faixas de renda até 1/3 de salário-mínimo, em sua maioria, estão satisfeitos (60,6%), os que estão nas faixas de 1/2 a 1 salário-mínimo apresentam-se em equilíbrio, e os que ganham mais de 1 salário-mínimo em maior porcentagem (62,9% e 63,9%) estão insatisfeitos.

Quanto às mudanças propostas, dentre os que estão insatisfeitos, observou-se que, enquanto em cidade 25,2% reivindicam melhoria no ensino, em vila reivindicam melhoria no ensino 24,1% e condições materiais 23,5%; em sítio/fazenda, ao lado destes dois aspectos, por 17,9% e 13% respectivamente, também são solicitadas maiores oportunidades de escolarização (7,8%).

Considerando a renda *per capita*, verificou-se que a insatisfação com relação à escola aumenta no sentido das maiores rendas e as reivindicações de melhoria do ensino também aumentam no mesmo sentido: 17,8% para a faixa mais baixa a 38,8% nas faixas mais altas.

Dos 713 pais, 671 (94%) não permitem que o filho deixe a escola e o motivo mais apontado foi considerarem o estudo indispensável; em todos os locais de residência, os pais que deram esta opinião apresentam as maiores porcentagens. Em segundo lugar, observou-se que, na cidade e na vila, os pais acham que os filhos não têm idade para decidirem deixar a escola. Por outro lado, os que moram em sítio não consentem porque querem que o filho tire o diploma.

A maior quantidade dos pais, 389 (54,6%), prefere que o filho trabalhe e estude; 232 (38,1%) querem que o filho apenas estude e a minoria (3,4%) prefere o trabalho, não havendo discriminação segundo o local de residência, a maioria preferindo o trabalho associado ao estudo. Enquanto a renda *per capita* é mais elevada, maior a porcentagem de pais que desejam que o filho apenas estude; 29,6% na faixa mais baixa para 63,9% na faixa mais alta; o inverso ocorre com os que associam trabalho e estudo, ou apenas trabalho.

Contudo, 22,7% têm filhos que deixaram a escola, o que significa que de fato apenas 76,3% dos pais conseguem manter seus propósitos. Considerando o local de residência, a porcentagem dos que têm filhos que deixaram a escola cresce de 15,7% na cidade, 21,1% na vila e 29,6% em sítio/fazenda. Quanto aos motivos, na cidade são mais variados: 5,7% para trabalhar e ajudar a família; 4,8% porque quiseram e 3,5% por motivo de saúde. Na vila, basicamente, 10,8% pará trabalhar e ajudar a família, enquanto que em sítio/fazenda, em primeiro lugar está a dificuldade de acesso à escola.

Considerando a renda *per capita*, à medida que aumenta a renda, diminuem as porcentagens dos que deixaram de estudar.

Dos 713 informantes, 415 (58,2%) acham que o trabalho não prejudica o estudo, enquanto que 41,4% consideram-no prejudicial. Em todos os locais de residência, a maior quantidade dos pais acha que o trabalho não atrapalha o estudo; destacando-se, porém, com maior representatividade, os pais de vila (71,3%), de cidade (56,7%) e sítio/fazenda (52,6%).

Dentre os motivos apontados pelos pais que consideram o trabalho prejudicial ao estudo, encontra-se na cidade "que não há tempo e que isto acarretaria duas preocupações para as crianças"; na vila o motivo fundamental é "porque não há tempo",

enquanto em sítio/fazenda, a este aspecto acrescenta-se a justificativa de que "implica cansaço". Considerando-se esta variável em relação à renda *per capita*, não houve discriminação.

Conclusões

Verificou-se no empenho, com relação à escolaridade efetiva, que havendo escolas, há procura educacional; desta forma, é relativamente baixa a porcentagem de pais que têm filhos sem estudar. O acompanhamento ao estudo é feito pela maioria dos pais, o que demonstra um interesse no futuro do filho; os motivos variam segundo o meio e a camada social. Confirma-se ainda o empenho, quando se observa a disponibilidade de contribuição e outras formas de colaboração para o funcionamento da escola. O ensino é considerado uma dádiva, para algumas camadas, uma vez que é visto como um dos principais benefícios recebidos, e isso é observado pelo grau de satisfação dos pais. No entanto, existem reivindicações da falta de condições materiais e do nível dos professores, principalmente entre os que dispõem de rendas mais elevadas. É importante ressaltar que, entre estes, se verifica maior acompanhamento, insatisfação e reivindicações.

Diante deste empenho, os pais não consentem que o filho deixe a escola. Em geral não fazem oposição ao trabalho e estudo, principalmente dentre os de renda mais baixa, onde se observam maiores dificuldades financeiras.

5 Esperança Objetiva

A esperança objetiva refere-se à expectativa de escolarização e profissionalização dos filhos.

A escolaridade esperada para os filhos (meninos e meninas) não vai além do 1º grau para aproximadamente 50% dos informantes. Considerando o local de residência, verificou-se uma associação significativa no seguinte sentido: os pais residentes na cidade esperam que os filhos atinjam escolaridade de nível superior (47,9%); os de vila esperam escolaridade ginasial (41,3%), enquanto que os de sítio/fazenda esperam o nível primário (39,8%). Assim também o nível de escolaridade para os filhos aumenta à medida que se passa das faixas de renda mais baixas para as mais elevadas.

As perspectivas de escolaridade esperada para as filhas são semelhantes às que os pais esperam para os filhos. As variações se dão na mesma direção da questão anterior. Em função do local de residência dos pais, a esperança de estudo para o morador da cidade é sempre maior do que a do morador da vila e bem maior que a do morador de sítio/fazenda: cidade, nível superior (41,9%); vila, ginásio (31,5%); sítio/fazenda, primário (40,3%). O mesmo ocorre quando se considera a renda *per capita*: a escolaridade aumenta no mesmo sentido da renda.

A ocupação esperada, considerada segundo a escala de prestígio na adaptação de A. Joly Gouveia, concentra o maior número de respostas nas ocupações manuais não especializadas (posição 7) — 26,8% -: mais especificamente lavrador (20,3%) e operário (6,5%). Em segundo lugar, profissões liberais (posição 2) - 12,3% -: médico, dentista, engenheiro, advogado; e em terceiro lugar, ocupações manuais especializadas e assemelhadas (posição 6) - 11,5% -: datilógrafos, escriturados e bancários, numa associação significativa entre as variáveis.

Entre os pais moradores da cidade a expectativa profissional para os filhos, que aparece em primeiro lugar, é a de "profissionais liberais" (posição 2) — 21,7%; para os

moradores de vila é "ocupações manuais especializadas" (posição 6) - 20,5%, e para os moradores de sítio/fazenda é "ocupações manuais não especializadas" (posição 7) — 47,8%.

Quando se controla a renda *per capita*, as faixas mais baixas concentram sua escolha em ocupações situadas na posição 6 (ocupações manuais especializadas e assemelhadas) e posição 7 (ocupações manuais não especializadas), enquanto que as faixas de renda mais alta na posição 2 (profissões liberais).

Quanto às filhas, 24,5% dos pais indicam ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas (basicamente professora, secundadas por serviços burocráticos de escritório). Considerando residência, os pais da cidade e vila apontam (posição 4) ocupações não-manuais de rotina (36,5% e 29,5% respectivamente) e sítio/fazenda (posição 7) ocupações manuais não especializadas (27,5%). Com relação à renda *per capita*, as faixas mais altas de renda apontam profissões liberais (posição 2); a posição 4 — ocupações não-manuais de rotina — está presente em todas as faixas de renda, variando de 16,9% nas faixas mais baixas a 47,5% nas mais altas, o que significa, como já foi mostrado em parágrafo anterior, que não é muito diversificada a escolha profissional para as filhas, como também para os filhos. No entanto, a grande maioria dos pais não deseja que os filhos sigam profissão igual à sua, exceto nas faixas de renda mais alta, onde 28,6% dos informantes o desejam.

Conclusões

Observando os dados de esperança, pode-se dizer que há uma interdependência do meio social e da camada social, com a expectativa de realização dos filhos, seja tanto no tocante à escolarização quanto à profissionalização. As profissões colocadas nos níveis mais altos destacam-se apenas entre os do meio urbano e das camadas mais elevadas, e vice-versa. Não obstante, a expectativa de escolaridade para filhos e filhas obedece apenas à diferenciação por meio e camada social, não se encontrando discriminações significativas segundo o sexo. Há, por outro lado, uma diferenciação nítida das expectativas profissionais entre os mesmos, isto é, as escolhas ocupacionais orientam-se sempre segundo os estereótipos do papel dos sexos na sociedade brasileira. Assim, em nenhum caso se apontaram para as meninas cargos de chefia ou supervisão, apenas profissões tradicionalmente femininas — de nível secundário (datilografa, bancária, escriturária), de nível superior (professora, médica, pediatra, psicóloga, dentista), ou se apontou nível de realização para as filhas que não envolvia profissionalização (dona de casa). De modo geral, entretanto, pode-se dizer que as expectativas situam-se em níveis mais baixos, tanto em escolarização, quanto em profissionalização, coincidindo de certa forma as posições de ocupações esperadas para os filhos com as posições das ocupações vivenciadas pelos chefes de família, embora a maioria dos pais não deseje para os filhos a mesma ocupação que desempenham.

6 Aspiração

Segundo conceituação já definida no quadro teórico, a aspiração é aqui entendida como o objetivo a atingir em relação à escolarização e à profissionalização dos filhos. Tenta-se apreendê-la através dos aspectos de escolaridade e ocupação desejadas para os filhos, do limite de idade para freqüentarem a escola e da visão que possuem de uma pessoa bem sucedida.

A escolaridade desejada para filhos e filhas é aproximadamente a mesma: aspiram ao curso superior para seus filhos 49,6% para os rapazes e 43,5% para as moças; ginásial, 24,5% e 24,4%; colegial, 11,2% e 13,3% e primário, 13,6% e 17,7% respectivamente.

Quanto a *limite de idade* para os filhos freqüentarem a escola, nenhuma das faixas consideradas destacou-se fundamentalmente das demais. As indicações se distribuem principalmente entre as faixas de 11 a 15 anos (28,8%) e 16 a 20 anos (24,8%), assim como para sem limite de idade para o estudo (24,6%). Esta tendência é comum para meninos e meninas, embora para estas últimas num nível inferior, isto é, os informantes aspiram a períodos de vida dedicados ao estudo mais longo para os filhos que para as filhas.

Enquanto mais da metade dos moradores da cidade (64,5%) e vila (56,6%) aspiram à escolaridade de nível superior para seus filhos, os chefes de família residentes em sítio/fazenda em 51,6% aspiram à escolaridade até os níveis primário e ginásial. A expectativa da escolarização a nível de curso superior vai crescendo a partir da faixa mais baixa de rendimento para as mais altas. O inverso ocorre com a perspectiva a nível de curso ginásial e primário, cujo sentido crescente se dá a partir das faixas mais altas para as mais baixas.

Da mesma forma, a perspectiva de escolarização a nível de curso superior apresenta proporções crescentes no sentido rural-urbano; é o inverso que ocorre com as alternativas dos cursos ginásial e primário, que têm sentido crescente à medida que se passa da cidade para a vila e desta para sítio/fazenda.

O desejo de que os filhos concluam o curso superior apresenta sentido crescente das faixas mais baixas de renda para as mais altas. Com os cursos ginásial e primário ocorre o contrário, como já se constatou para os meninos.

Considerando o *limite de idade* para meninos e meninas freqüentarem a escola, pode-se dizer que entre os moradores de sítio/fazenda estão aqueles que acham que o período de escolarização em termos de idade cronológica deve ser mais curto. A medida que aumenta a renda, o período de vida que é considerado necessário para a escolarização aumenta também para os meninos e meninas, em termos de idade cronológica.

Com relação à ocupação a que se aspira para os meninos, ainda segundo a escala de A. Joij Gouveia, na primeira escolha, para a maioria dos informantes, são apontadas as profissões liberais (posição 2) para mais da metade dos informantes (55,4%); a segunda escolha, ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas (posição 4), é indicada por aproximadamente 1/5 dos informantes (16,3%). Para as meninas, a aspiração se revela bem mais modesta. Não são apontados altos cargos administrativos (posição 1), as posições mais baixas de supervisão (posição 3), a supervisão de trabalho manual (posição 5) e as ocupações manuais especializadas (posição 6) e cerca da metade aponta em primeiro lugar as ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas (posição 4), enquanto 20,8% apontam profissões liberais (posição 2)

Considerando o local de residência e as ocupações, nota-se que nas três localidades mais da metade dos informantes indica profissões liberais (posição 2); em segundo lugar, ocupações não-manuais de rotina e assemelhadas (posição 4), destacando-se, porém, vila que indica também, de maneira significativa, ocupações manuais não especializadas (posição 6).

Quanto à *renda per capita*, as faixas mais elevadas de renda (acima de 1 salário-mínimo) têm aspirações para os filhos concentradas nas profissões liberais (80,4% e 67,7%) e ocupações não-manuais de rotina — posição 4 — (10,7% e 6,5%) ou afirmam que de-

pende do filho (7,1% e 22,6%), enquanto que nas faixas mais baixas de renda, embora também estejam em primeiro lugar os que indicaram profissões liberais, estas estão em proporções menores que nas faixas anteriores (49,3%, 56,1% e 63,5%), aumentando as indicações para as ocupações não-manuais de rotina — posição 4 — (23,6%, 16% e 14,3%), e também para as posições mais básicas da escala de prestígio.

Na indicação das ocupações, nos informantes que se referiram a "nível superior sem especificação" e "engenheiro", nota-se a predominância dos moradores da cidade; mais acentuadamente porém, em relação à primeira, nota-se uma discreta predominância dos moradores de sítio/fazenda. Esta predominância se acentua nas referências às profissões "escriturário" e "comércio e transporte". Dos que se referiram à profissão "mecânico", os moradores de vila obtiveram maior representatividade; destacaram-se também, embora menos acentuadamente, nas referências às categorias "advogado, juiz" e "bom emprego". Dentre os que apontaram a profissão "professor, diretor de escola", os moradores de vila e sítio/fazenda apresentaram percentual semelhante, ligeiramente maior que o dos residentes na cidade. Nas referências às demais profissões não se observou a existência de destaques significativos entre os informantes das três localidades.

Enquanto as duas faixas de renda mais elevadas apontam principalmente as profissões de "nível superior sem especificação", "médico, dentista" e "engenheiro", ou afirmam que "depende dos filhos", os das faixas de renda inferiores apresentam uma variação maior; embora as profissões citadas pelos primeiros também estejam entre as preferidas, há contudo a indicação de outras que praticamente inexistem para as faixas de renda mais elevadas: "escriturário" e ocupação do tipo "mecânico". Nota-se também que as profissões de "advogado" e "professor" indicadas não apresentam uma discriminação nítida conforme as faixas de renda.

Na escolha da ocupação para as filhas constatou-se que entre os informantes das três localidades, em primeiro lugar foi citada "ocupações não-manuais" (posição 4). Esta preferência cresce à medida que se passa da cidade e vila (50% e 51,3%) para sítio/fazenda (63,3%). Nas duas faixas de renda mais elevadas, as preferências estão nas "profissões liberais" (43,1% e 28,1%) e nas "ocupações não-manuais de rotina" (posição 4) - 39,2% e 43,8% - ou se deixa a escolha a critério das filhas (11,8% e 25%), enquanto que para as posições mais baixas, a predominância são as "ocupações não-manuais de rotina" (posição 4) — 61,2%, 56,1% e 54% — seguindo em posição muito inferior as "profissões liberais" (14,9%, 22,6% e 29%) e as "ocupações manuais não especializadas" (10,4%, 5% e 1,6%), ou "deixam acritériodasfilhas" (5%, 5,9% e 7,3%).

Embora se tenha citado em primeiro lugar a profissão "professora" nota-se que à medida que se passa da cidade para a vila e desta para o sítio/fazenda, essa preferência se acentua. Já na categoria "profissões liberais", citada em segundo lugar, o sentido é inverso, ou seja, acentua-se à medida que se passa do sítio/fazenda para a vila e desta para a cidade.

De modo geral, enquanto entre as duas faixas de renda mais elevadas as preferências giram em torno de "professora" (37,5% e 33,3%), "profissões liberais" (25% e 33,3%) ou "fica a critério dos filhos" (25% e 11,8%), e poucos "nível superior" (3,1% e 7,8%), para as faixas de renda mais baixas, principalmente as duas primeiras, as porcentagens em "profissões liberais" e "depende das filhas" se reduzem muito para dar lugar também a profissões como escrituraria e costureira (10%, 5% e 1,6%), elevando-se, contudo, as referentes a "professora" (41,9%, 42,5% e 49,8%).

Conclusões

Quando se considera a escolaridade a que se aspira para filhos e filhas, não há diferenças relevantes. De uma maneira geral, os pais aspiram à escolaridade de nível superior com pequenas nuances segundo região, meio social e camada social.

A aspiração ocupacional também não mostra diferenças muito acentuadas. Há grande incidência de escolha de profissões liberais e profissões não-manuais de rotina. De qualquer modo, a aspiração dos pais, especialmente no caso dos meninos, aponta ocupações que estariam preferencialmente associadas ao setor terciário; o que se encontra, portanto, é uma relativa homogeneidade na aspiração educacional e ocupacional dos pesquisados.

Este trabalho teve por objetivo traçar um quadro em que estão presentes, de um lado, os agentes da escolarização e de outro os sujeitos da escolarização, tendo em vista tanto as unidades escolares onde se efetua a atividade escolar, quanto os valores e opiniões dos agentes e sujeitos da escolarização.

Reiterando o caráter exploratório desta pesquisa, lembramos que o propósito inicial era avaliar de que maneira problemas educacionais poderiam ser caracterizados segundo o contexto regional, o meio social e a camada social. Pelo exposto no decorrer deste trabalho verificou-se que o contexto regional não é pertinente para a discriminação de variáveis sócio-educacionais, referentes ao ensino de primeiro grau; o meio social operacionalizado, segundo o local de residência e a ocupação rural e urbana, mostrou-se altamente discriminado com relação à maioria das variáveis sócio-educacionais consideradas; a camada social, por sua vez, considerada segundo a estrutura de emprego, não apresentou um caráter discriminatório, exceto no que se refere aos subalternos, enquanto a renda *per capita* revelou-se a variável mais importante no decorrer da descrição dos aspectos sócio-educacionais. Do que se pode concluir que, para aspectos educacionais, não é a posição e a forma de inserção no mercado de trabalho o essencial, mas a disponibilidade de bens para investir na escolaridade. Independente do meio social, da camada social, a escola revelou-se como um valor, mas o empenho dos pais está diretamente relacionado com a possibilidade de investir em material, uniforme, condução, tempo, serviços e as possibilidades locais de escolarização.

O quadro de análise acima referido compreende três níveis: escolas, empenho e objetivos dos agentes da escolaridade; condições materiais de vida dos sujeitos da escolaridade, e seu empenho e cuidado na avaliação da escolaridade dos filhos e dos objetivos daqueles que são sujeitos da escolaridade.

1 - Quanto às escolas, o local onde elas estão situadas parece estabelecer diferenças fundamentais entre elas. As escolas isoladas, do meio rural, são mais modestas e desprovidas de meios e de pessoal, quer técnico-administrativo, quer auxiliar. As escolas agrupadas de primeiro grau situadas nas vilas e periferia das cidades dispõem de mais meios e pessoal administrativo e auxiliar. Enfim, as escolas de 1º e 2º graus situadas nos centros das cidades e bairros mais abastados apresentam taxas de adequação idade/série mais elevadas. Todavia constata-se que o atendimento dado aos alunos varia segundo o meio social em que a escola está inserida.

2 — Considerando o empenho e os objetivos dos agentes da escolarização, observou-se que os professores têm qualificações além das exigidas para o exercício de suas funções, e verificou-se também grande rotatividade e instabilidade no exercício dessas funções.

Quanto ao engajamento no trabalho, apesar das condições precárias das escolas que, em grande maioria, não dispõem de recursos materiais, verificou-se que o professor procura sanar as dificuldades e desenvolver o trabalho dentro das condições que lhe são dadas. De uma maneira geral nota-se uma visão humanista da escola, uma visão de classe em relação aos alunos, colocando-se os professores sempre acima deles, apesar da situação de expoliação verificada nos testemunhos, na avaliação da própria remuneração, assim como no prestígio da profissão. Entretanto, esta visão de classe reforça a autoridade que lhe é atribuída pelo sistema escolar. De maneira contraditória, nota-se uma visão ainda pouco profissional do magistério, no sentido de que o professor procura soluções individuais para preencher as lacunas do sistema escolar, chegando até a investir parte de seu salário em transportes, estudos, compra de material e outras necessidades apresentadas pela escola. Seria preciso verificar em profundidade se, no contexto atual do sistema escolar brasileiro, haveria possibilidade de resolver através de reivindicações coletivas os problemas referentes ao exercício da profissão.

3 — Quanto aos sujeitos da escolarização, os resultados obtidos permitem reconsiderar os aspectos de seletividade da escola primária, o engajamento e a aspiração dos pais na escolaridade dos filhos. A hipótese de A. Joly Gouveia sobre a seletividade da escola de primeiro grau se confirma plenamente, dado que renda e meio social são os elementos fundamentais nesta discriminação. Verificou-se, no entanto, que os "poderes da escola", isto é, o valor positivo que representa a instituição escolar, estão presentes no conjunto de pais de alunos de todas as camadas sociais, e se manifestam nas diferentes formas pelas quais os pais se engajam na escolaridade dos filhos. Não são os valores familiares que parecem afastar a criança da escola. A maior parte dos pais afirma que o trabalho e a escola podem coexistir na vida da criança, e as maiores dificuldades parecem decorrer da inviabilidade do sistema escolar diante da situação existente.

Posições e valores opostos e coexistentes foram encontrados em relação à escola neste trabalho. Para uma pequena parte da população — camadas mais privilegiadas em renda, com ocupações urbanas de relativo prestígio— a escola tem a função primordial de legitimar e ampliar o conhecimento, conhecimento este já veiculado nos meios de comunicação de massa aos quais estas camadas têm largo acesso. Para estes, que em geral freqüentam escolas bem equipadas e organizadas, o nível do ensino deixa a desejar, não corresponde às expectativas; os pais estão insatisfeitos, revelam grande interesse pelos conhecimentos adquiridos pelos filhos, avaliam as dificuldades dos filhos na escola porque são capazes de criticar não apenas o conteúdo transmitido, como a própria organização escolar. Para estes, o sistema educacional é um direito ao qual têm acesso há longo tempo. Seu nível de escolaridade e sua vivência urbana, bem como as expectativas em relação ao futuro dos filhos, faz com que avaliem as precariedades do sistema escolar e se empenhem *individualmente* em resolver, através de contribuições, "favores" os mais variados, quando solicitados pelos agentes da escolarização e — o que é mais importante — *sempre colaborem*. Por outro lado, os pais de camadas privilegiadas podem julgar a escola pelos parâmetros da escola particular e de outros tipos de ensino de que têm conhecimento e a que muitas vezes têm acesso, quando não satisfeitos com a escola pública.

Para outras camadas, especialmente os moradores de vila e alguns informantes de áreas rurais, com renda em torno de 1 salário-mínimo, a escola revela-se o principal "veículo de transmissão de conhecimentos. Para estes é pequeno o acesso aos meios de comunicação de massa, e a informação é limitada e orientada para assuntos e temas específicos. Verifica-se, nestas camadas, um grande empenho na escolaridade dos filhos,

muito embora a baixa escolaridade dos pais, muitas vezes não permita a crítica ou a avaliação do conteúdo do ensino. O ensino é sempre considerado um benefício; é uma aquisição recente, pois a ampliação para a escolaridade de oito anos está ainda em processo de implantação nas vilas e nas áreas rurais do Estado de São Paulo. A grande maioria destes pais, quando não está satisfeita com a escola, reclama das condições e do empenho dos professores, não tendo condições para avaliar o conteúdo do ensino. Observa-se, porém, uma grande valorização da escola, que é vista como responsável pela aquisição do instrumental mínimo para a sobrevivência, principalmente no mercado de trabalho urbano. Daí, a alta incidência de respostas que valorizam a concomitância do trabalho e estudo; para estas camadas, estas duas atividades são inseparáveis e indispensáveis, quer para a sobrevivência do grupo familiar, quer para a futura autonomia do indivíduo como adulto.

Para outras camadas ainda, aquelas residentes em área rural que freqüentam escolas isoladas, que não dispõem de acesso a meios de comunicação de massa, a escolaridade de apenas 3 anos, em condições materiais mais do que precárias, representa inevitavelmente uma exclusão do sistema educacional. O sucesso escolar obtido nos três primeiros anos de estudos não significa possibilidade de continuar na escola pois, dado o baixo nível sócio-econômico e a dificuldade de acesso às escolas de área urbana, configura-se a exclusão. Não obstante, o empenho na escolaridade dos filhos é patente mesmo quando os pais não são escolarizados. Não colocam em discussão o conteúdo do ensino, mas o baixo grau de escolaridade a que têm acesso. Reivindicam melhores professores, mais salas de aula, mais ensino. Saber ler, escrever e contar ainda é o fundamental segundo a opinião dos sujeitos da escolarização.

Pode-se ainda concluir que o sistema escolar de primeiro grau, embora se afirme que tem capacidade ociosa, atende diferencialmente à população escolar, às camadas mais baixas de meio rural e, portanto, aqueles para quem a escola é um valor primordial e indiscutível são os menos atendidos. Se deixam a escola para trabalhar e sobreviver, não deixam de ingressar na escola por motivos econômicos, mas sim por motivos institucionais do sistema escolar. Que alternativas o sistema educacional tem dado para facilitar o trabalho/estudo, para quem só tem essa opção?

Embora se encontrem variações, todos aspiram à mesma coisa, com níveis de expectativa muito próximos de uma avaliação correta de sua condição social. No empenho, se encontra uma dimensão de esperança, e como dizem os informantes, "vou fazer o possível", "o que der", "o quanto puder", "contando com a ajuda de Deus".

No final deste trabalho coloca-se uma indagação. Não é aos pais que devem ser atribuídas as falhas no processo de escolarização dos filhos, como também ao nível de escolaridade e ao empenho dos professores; de certo modo, atenuam as responsabilidades diretas que teriam no que se refere ao sucesso escolar dos alunos. Deixando de lado a estrutura sócio-econômica e limitando as afirmações apenas ao questionamento da instituição escolar, não seria um problema de política educacional? Certamente um novo tema de pesquisa se coloca a partir desta questão.

- 1 - Jeanne, H., 1974.
- 2- Gras.A., 1974.
- 3- Joly Gouveia, A., 1976.
- 4- Pereira, L, 1969.
- 5- Borges Pereira, J. B., 1969.
- 6- Pereira, L, 1963, 1969.
- 7 - Joly Gouveia, A., 1967.
- 8- Joly Gouveia, A., 1969.
- 9- Foracchi, M. A., 1969.
- 10- Caderno de Pesquisas - F. C. Chagas.
- 11- Martins, J. S., 1975.
- 12- Joly Gouveia, A., 1969.
- 13- Weber, S., 1976.
- 14- Schrader, A., 1976.
- 15- Martins, J. S., op. cit., 1975.
- 16- Sobre o problema, veja-se Pereira de Queiroz, M. I., 1967.
- 17 - Schrader, A., 1973, p. 59.
- 18- Pereira de Queiroz, M. I., 1969.
- 19- Rambaud, P., 1969.
- 20 - Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo. *Diagnóstico das Regiões Administrativas*, março de 1974.
- 21 - Mousinho Guidi & Guerra Duarte, 1964.
- 22 - Joly Gouveia, A., 1967.
- 23 - Pastore.J., 1972.
- 24- Alvarenga, A. T., 1973.
- 25- Botta Ferrante, V. I., 1976.
- 26- Marcondes e outros, 1970.
- 27 - Rodrigues Brandão, C, 1976.
- 28 - Prandi, R., 1977.
- 29— DIEESE — Faculdade de Medicina.
- 30 - Mannheim, 1964.
- 31 - Lourenço Filho, 1974.
- 32- Boulard et Remy, "Villes et Régions Culturelles: acquis et débats", *Archives de Sociologie des Religions*, nº 29, 1970.
- 33— Fleury, M. T. Leme, *A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista*, USP, 1974 (dissertação de mestrado); Antuniassi, M. H. Rocha, *Multiplicidade Tecnológica — A organização do trabalho na rizicultura*, USP, 1974 (datilografado).

- 34 — *Diagnóstico das Regiões Administrativas*.
- 35— Pelo disposto no Decreto **48.162** de 03.07.67 da Reforma Administrativa do Estado de São Paulo, complementado pelo Decreto-lei **52.276 de 12.12.70**, o Estado foi dividido em 11 regiões administrativas.
- 36— Secretaria de Economia e Planejamento — Estado de São Paulo — *Diagnóstico*, março de 1974.
- 37 — Vide caracterização das áreas sócio-econômicas do Estado de São Paulo — O Município de São Paulo entrou na listagem da região industrial; não foi sorteado.

- ALVARENGA, A. T. Índice do *status* sócio-econômico da família da mulher grávida que freqüenta o Centro de Saúde Geraldo de Paulo Souza, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 7 (4): 351-67, dez. 1973.
- ANTUNIASSI, N. H. R. *Multiplicidade tecnológica*; a organização do trabalho na rizicultura do Estado de São Paulo. 1.1., 1974. mimeo. Dissertação de mestrado.
- BOULAR & RENY. Villes et régions culturelles: acquis et débat *Archives de Sociologie des Religions*, 5 (8) 1971.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Negros e brancos: relações e sistemas de trabalho. In: . *Peões, pretos e congos*; trabalho e identidade étnica em Goiás. Goiânia, UFGO/Instituto de Ciências Humanas e Letras, 1976. p.12-5, 62.
- CADERNOS DE PESQUISAS. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1971.
- DIEESE. *Custo de vida e estudos sócio-econômicos*, s.n.t.
- ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA. *O estado nutricional de crianças de 6 a 60 meses no município de São Paulo*. São Paulo, 1975. 2v. mimeo.
- FERNANDES, Florestan. Os educadores e as exigências educacionais do presente. In: . *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo, Domínio, USP, 1966. p. 540-51.
- FERRANTE, V. L. B. et alii. Um modelo de análise sócio-econômica: construção e resultados obtidos. *Regista de Saúde Pública*, São Paulo (10): 177-90, 1976.
- FLEURY, N. T. *A organização do trabalho na lavoura algodoeira paulista*, s.1. 1974. Dissertação de mestrado.
- FORACCHI, Maria Alice Mencarini. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional, 1965. 313p.
- GATTI, B. & FERES, N. Lima. *Estatística básica para Ciências Humanas*. São Paulo, Alfa Omega, Liv. Técnico-Científica, 1975.
- GOUVEIA, Aparecida Joiy. A escola; objeto de controvérsia. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo (16): 15-9, mar. 1976. . *Professores de amanhã*; um estudo de escolha ocupacional. Rio de Janeiro, CBPE, 1965. 169p. (CBPE Sér. 6: Sociedade e educação, 7).
- GOUVEIA, Aparecida Joiy & HAVIGHURTS. *Ensino médio e desenvolvimento*. São Paulo, Melhoramentos, 1969. 237p. (Biblioteca de Educação. Grandes textos).
- GRAS, A. *Sociologie de l'éducation*; textes fondamentaux. Paris, Larousse, 1974.
- GUIDI, Maria Laís Mousinho & DUARTE, Sérgio Guerra. Um esquema de caracterização sócio-econômica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 52 (115): 65-82, jul./set. 1969.
- IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*; pesquisa de rendimentos. PNAD 2. 4. trim. 1972. v. 1.
- _____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. 4. trim. 1973.

- JEANNE, H. Présentation. In: GRAS, A. *Sociologie de l'éducation*; textes fondamentaux. Paris, Larousse, 1974.
- LOURENÇO FILHO, M.B. *Organização e administração escolar*; curso básico. 5. ed. rev. São Paulo, Melhoramentos, 1970. p. 116-7. (Obras completas — Lourenço Filho, 6).
- MANNHEIM, Karl. A educação como técnica social. In: PEREIRA, Luiz & FORACCHI, Maria Alice Mencarini. *Educação e Sociedade*. São Paulo, Ed. Nacional, 1964. p. 88-90 (Biblioteca universitária. Sér. 2 — Ciências sociais, 16).
- MARTINS, J. S. A valorização da escola e do trabalho no meio rural. *Debate & Crítica* (2): 112-32, jan./jun. 1974.
- MOREIRA, J. Roberto. Os problemas do ensino elementar no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, 26 (64): 44-59, out./dez. 1956.
- PASTORE, José. A origem sócio-econômica dos estudantes móveis. In: _____ *A regionalização do ensino superior em São Paulo*. São Paulo, Secretaria do Planejamento, 1972.
- PEREIRA, João Batista Borges. *A escola secundária em uma sociedade em mudança: interpretação sócio-antropológica de uma experiência administrativa*. São Paulo, Pioneira, 1969. 143p.
- PEREIRA, L. *O professor primário metropolitano*. Rio, CBPE, 1963.
- PRANDI, R. O trabalhador por conta própria sob o capital. 8.1. 1977. mimeo. Tese (doutorado).
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. Les classes Sociales dans le Brésil actuel. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, 39:137-69, 1965.
- RAMBAUD, P. *Société rurale et urbanisation*. Paris, Ed. du Seuil, 1969.
- SÃO PAULO. Secretaria de Economia e Planejamento. *Diagnóstico das regiões administrativas*. São Paulo, 1974.
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação. Centro de Recursos Humanos e Pesquisas Educacionais "Prof. Laerte Ramos de Carvalho". *Estatísticas escolares básicas*; ensino de 1º e 2º graus. São Paulo, 1975.
- SCHRADER, A. *Oferta e procura educacional*. Porto Alegre, UFRS, 1973.
- SINGER, Paul. *Força de trabalho e emprego no Brasil: 1920/1969*. São Paulo, CEBRAP, 1971. (Caderno 3).
- WEBER, Silke. *Aspirações à educação*. Petrópolis, Vozes, 1976.

ANEXOS

Quadro 1

Variação no número de alunos segundo o tipo de escola		
Escolas	Nº de alunos	
	Mínimo	Máximo
Isoladas	5	43
1º Grau	166	1.873
1º e 2º Graus	806	1.314

Quadro 2

Condições de Infra-Estrutura por Tipo de Escola				
Escolas	Tipos de Escolas			Total
	Isoladas	Agrupadas	Urbanas	
Prédios		1º Grau	1º e 2º Graus	
	49	24	6	79

SERVIÇOS

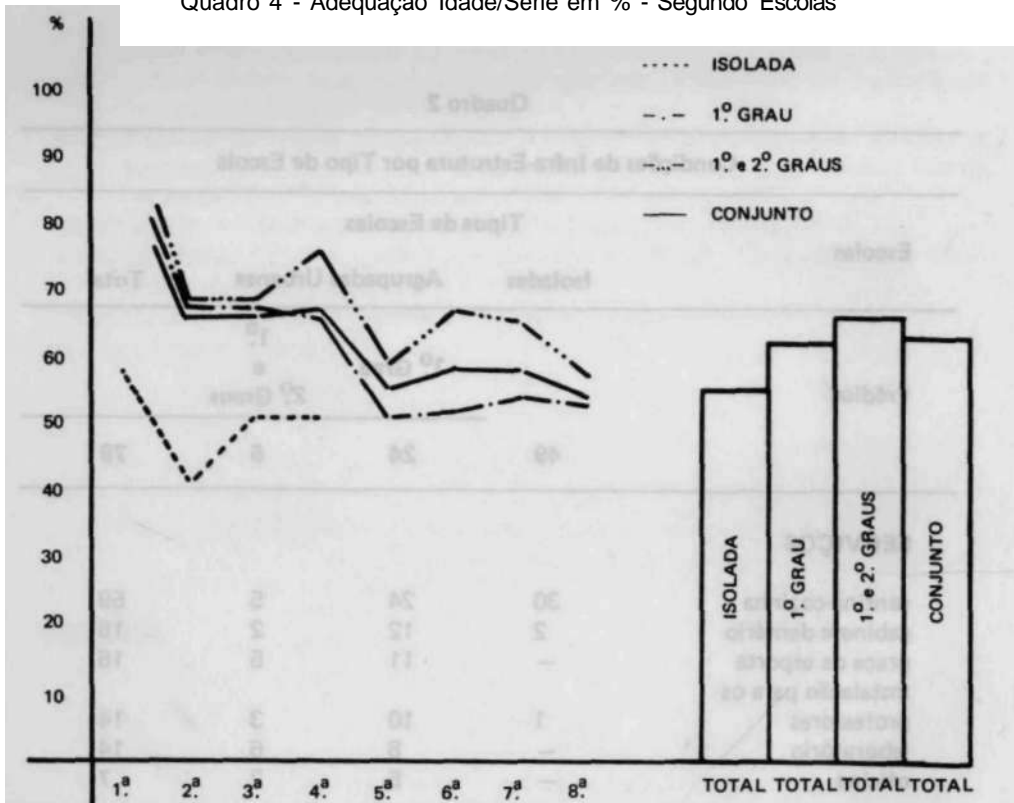
cantina-cozinha	30	24	5	59
gabinete dentário	2	12	2	16
praça de esporte	-	11	5	16
instalação para os professores	1	10	3	14
laboratório		8	6	14
oficina		5	2	7

Quadro 3

Corpo Docente Segundo Escolas

Situação Funcional	Isoladas	1º Grau	1º e 2º Graus	Total
Efetivos	22 (33,3%)	301 (32,2%)	165(36,5%)	488 (33,6%)
Substitutos	34 (51,5%)	181 (19,4%)	42 (9,3%)	257(17,7%)
Contratados	10(15,2%)	451 (48,2%)	242 (53,5%)	703 (48,4%)
Outros	-	2(0,2%)	3(0,7%)	5(0,3%)
TOTAL	66(100%)	935(100%)	452(100%)	1.453(100%)

Quadro 4 - Adequação Idade/Série em % - Segundo Escolas



Q.1 — Distribuição das Ocupações Segundo Escala de Prestígio

Níveis da Escala	Frequência	%
1 — Altos cargos administrativos	1	(0,14)
2 — Profissionais liberais	16	(2,26)
3 — Posições mais baixas de supervisão	48	(6,68)
4 — Ocupações não manuais de rotina	45	(6,31)
5 — Supervisão de Trabalhos Manuais	60	(8,48)
6 — Ocupações manuais especializadas	149	(21,07)
7 — Ocupações manuais não especializadas	356	(50,35)
8 — Desempregado, aposentado	21	(2,97)
9 — Não se aplica	17	(1,55)
TOTAL	713	(99,81)

Q.2 — Distribuição da Renda Familiar em Salários-Mínimos

Salários	Frequência	%	Dist. PNAID ² em%
até 1 s/m	55	8	14
1 a 2 s/m	230	33	23
2 a 3 s/m	152	22	19
3 a 5 s/m	127	18	18
5 a 10 s/m	80	12	16
10e +	44	7	10
NSA	25		
TOTAL	713	100	100

A diferença entre o número de informantes e os totais constantes dos quadros decorre de respostas incompletas aos questionários por alguns dos entrevistados.

Q.3 - Distribuição da Renda Par Capita

Salários-Mínimos	Frequência	%
1/4	232	(32,5)
1/2	248	(34,8)
1	135	(19,0)
2	62	(8,7)
+ 2	36	(5,0)
TOTAL	713	(100,0)

Correspondência		Cr\$	
Oa 1/4	0	a	192,00
1/4 a 1/2	192,00	a	384,00
1/2 a 1	384,00	a	768,00
1 a 2	768,00	a	1.536,00
2a +	1.536,00	a	+

Q.4 — Distribuição de Bens Duráveis

Bens Duráveis	N	% na amostra	% no PNAD
Geladeira	281	(39,4)	(50,2)
Televisão	372	(52,2)	(58,4)
Rádio-Vitrola	126	(17,7)	(21,4)
Máquina de Lavar	52	(7,3)	(12,5)
Ar Condicionado	1	(0,1)	(0,6)
Automóvel	159	(22,3)	(20,0)
Motocicleta	5	(0,7)	(0,6)

Fonte: PNAD 2 1972 p. 75.

Q.5 - Bens Duráveis Segundo Local de Residência na Amostra

Bens Duráveis	Cidade	Vila	Sítio/Fazenda
Geladeira	152(66,2%)	71 (42,3%)	53(17,2%)
Televisão	171 (74,2%)	107 (63,7%)	89 (29,2%)
Rádio-Vitrola	69(29,9%)	33(19,6%)	23 (7,5%)
Máquina de Lavar	39(16,9%)	8(4,8%)	5(1,6%)
Ar Condicionado	1 (0,4%)	- (0,0%)	- (0,0%)
Automóvel	24 (32,0%)	27(16,1%)	56(18,2%)
Motocicleta	2(0,9%)	1 (0,6%)	1 (0,3%)

Q.6 - Início da Escolarização Segundo Residência

	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	Total
Cidade	79 (34,3%)	122 (53,0%)	22 (9,6%)	4 (1,7%)	3 (1,3%)	230 (100,00%)
Vila	34 (20,2%)	104 (60,7%)	20 (11,9%)	5 (3,0%)	7 (4,2%)	170 (100,00%)
Sítio	28 (8,8%)	224 (71,8%)	44 (14,3%)	9 (2,9%)	7 (2,3%)	312 (100,00%)
Total	141 (19,8%)	450 (63,1%)	86 (12,1%)	18 (2,5%)	17 (2,4%)	712* (100,00%)

Q.7 - Adequação Idade/Série Segundo Residência

	Adequados	Inadequados	Total
Cidade	164(71%)	66 (29%)	230(100%)
Vila	76 (45,3%)	94 (54,7%)	170(100%)
Sítio	156(50%)	156 (50%)	312(100%)
Total	396 (55,7%)	316 (44,2%)	712*(100%)

*Sem resposta: 1

Q.8 — Início da Escolarização Segundo a Renda Per Capita

	6 Anos	8 Anos	9 e 10 anos	Total	
1/4	23(11,1%)	142 (68,3%)	31 (14,9%)	12(1,4%)	208 (100%)
1/2	30(12,1%)	162(65,6%)	38(15,4%)	17 (4,0%)	247 (100%)
1	33 (24,4%)	87 (64,4%)	11 (8,1%)	4(1,5%)	135(100%)
2	28 (45,2%)	31 (50,0%)	2 (3,2%)	1 (1,6%)	62 (100%)
+ 2	22(61,1%)	12(33,3%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)	36(100%)
Total	136(19,8%)	434(63,1%)	83(12,1%)	35(5,1%)	688(100%)

Q.9 — Adequação Idade/Série Segundo a Renda Per Capita

Renda Per Capita	Adequados	Inadequados	Total
1/4	92 (44,2%)	116(55,8%)	208 (100%)
1/2	119(48%)	129(52%)	248(100%)
1	86 (63,7%)	49 (36,3%)	135 (100%)
2	51 (82,3%)	11 (17,7%)	62 (100%)
+ 2	34 (94,4%)	2 (5,6%)	36 (100%)
Total	382 (55,4%)	307 (44,5%)	689 (100%)

Q.10 - Grau de Escolaridade Segundo Residência

Residência	Primário	Secundário	Colegial (+)	Total
Cidade	83 (37,9%)	94 (42,9%)	42 (19,2%)	219 (100%)
Vila	98 (62,8%)	45 (28,8%)	13 (8,3%)	156(100%)
Sítio ou Fazenda	216 (73,5%)	69 (23,5%)	9(3,1%)	294 (100%)
Total	397 (59,3%)	208(31,1%)	64 (9,6%)	669 (100%)

Q.11 - Escolaridade dos Filhos Segundo Renda Per Capita

Renda Per Capita	Primário	Secundário	Colegial ou Elevado	Total
1/4	153 (75,7%)	46 (22,8%)	3 (1,5%)	202 (100%)
1/2	157 (66,2%)	66 (27,8%)	14 (5,9%)	237 (100%)
1	50 (39,7%)	57 (45,2%)	19(15,1%)	126(100%)
2	15(26,3%)	25 (44,6%)	16(28,6%)	56 (100%)
+ 2	8 (26,7%)	10(33,3%)	12 (40,0%)	30(100%)
Total	383(58,8%)	204(31,3%)	64(9,8%)	651(100%)

Q.12 — Escolaridade Desejada para Filhos, Segundo a Residência

Residência	Primário	Ginásio	Colegial	Superior	Total
Cidade	13 (5,7%)	47 (20,4%)	44 (19,1%)	126 (54,8%)	230 (100%)
Vila	29 (17,5%)	42 (25,3%)	15 (9,0%)	80 (48,2%)	166 (100%)
Sítio/ Fazenda	84 (27,6%)	84 (27,6%)	35 (11,5%)	101 (33,2%)	304 (100%)
Total	126 (18,0%)	173 (24,7%)	94 (13,4%)	307 (43,9%)	700 (100%)

Q.13 - Escolaridade Desejada para Filhos, Segundo a Renda Per Capita

Renda Per Capita	Primário	Ginásio	Colegial	Superior	Total
1/4	46 (22,4%)	72 (35,1%)	19 (9,3%)	68 (33,2%)	205 (100%)
1/2	42 (17,1%)	68 (27,8%)	31 (12,7%)	104 (42,4%)	245 (100%)
1	8 (6,0%)	24 (17,9%)	24 (17,9%)	78 (58,2%)	134 (100%)
2	1 (1,6%)	5 (8,1%)	3 (4,8%)	53 (85,5%)	62 (100%)
+ 2	0 (0,0%)	1 (2,8%)	1 (2,8%)	34 (94,4%)	36 (100%)
Total	97 (14,2%)	170 (24,9%)	78 (11,4%)	337 (49,4%)	682 (100%)

Q.14 — Escolaridade Desejada Para Filhas Segundo a Residência

Residência	Primário	Ginásio	Colégio	Superior	Total
Cidade	11 (4,8%)	43 (18,6%)	28 (12,1%)	149 (64,5%)	231 (100%)
Vila	9 (5,4%)	50 (30,1%)	13 (7,8%)	94 (56,6%)	166 (100%)
Sítio/ Fazenda	77 (25,3%)	80 (26,3%)	39 (12,8%)	108 (35,5%)	304 (100%)
Total	97 (13,8%)	173 (24,7%)	80 (11,4%)	351 (50,1%)	701 (100%)



Q.15— Escolaridade Desejada Para Filhas Segundo a Renda Per Capita

Renda Per Capita	Primário	Ginásio	Colegial	Superior	Total
1/4	61 (30,0%)	69 (34,0%)	17 (8,4%)	56 (27,6%)	203 (100%)
1/2	48 (19,6%)	69 (28,2%)	35 (14,3%)	93 (38,0%)	245 (100%)
1	15 (11,1%)	23 (17,0%)	32 (23,7%)	65 (48,1%)	135 (100%)
2	2 (3,2%)	8 (12,9%)	6 (9,7%)	46 (74,2%)	62 (100%)
+ 2	0 (0,0%)	1 (2,8%)	3 (8,3%)	32 (88,9%)	36 (100%)
Total	126 (18,5%)	170 (25,0%)	93 (13,7%)	292 (42,9%)	681 (100%)



OFFSET

EDITORA GRÁFICA E JORNALÍSTICA LTDA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)